



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 61

Sessão Ordinária Junho

1.º Reunião em 25/06/2021

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, João Bastos Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Maria Júlio Maia Mostardinha, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, Manuel Vieira dos Santos, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seíça Neves Barbado Guerra e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão, faltou o Presidente de Junta António Augusto Cruz de Aguiar.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Manuel Oliveira de Sousa e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram os Vereadores Luis Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, e Joana Fonseca Valente.

O Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola chegou às 22:40 horas.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, e Virgínia Maria Melo Matos, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, e Eduardo Gonçalo Silva Antunes.

O sucedâneo nas listas de candidatura, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, pediu escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, e João Carlos Rodrigues Morgado, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão por Danilo Jorge de Almeida, João Bastos de Figueiredo, Mário Júlio Maia Mostardinha, Daniela Carla Sousa Pinto, e Manuel Vieira dos Santos, respectivamente.⁰⁰³

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento⁰⁰⁴ da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos serviços para consulta.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 57 – Sessão Ordinária Abril – 1.ª reunião realizada em 16-04-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Nuno Manuel Marques Pereira, Raúl Ventura Martins, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e Fernando Tavares Marques.

Acta n.º 58 – Sessão Ordinária Abril – 2.ª reunião realizada em 23-04-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Raúl Ventura Martins, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga

Acta n.º 59 – Sessão Ordinária Abril – 3.ª reunião realizada em 30-04-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Raúl Ventura Martins, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, Joana Filipa Ramos Lopes, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, Nelson Alexandre Dias dos Santos e Henrique da Rocha Vieira.

Acta n.º 60 – Sessão Extraordinária em Junho – Sessão realizada em 08-06-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Fernando Tavares Marques.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 – Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020 da Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, EM;**
- Ponto 2 - Apreciação e votação da Conta Consolidada 2020;**
- Ponto 3 – Apreciação e votação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território 2020 do Município de Aveiro;**
- Ponto 4 – Informação sobre a Atividade Municipal de 13ABR21 a 21JUN21;**
- Ponto 5 - Apreciação e votação da Moção: Pela construção de habitação pública no concelho de Aveiro.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou da presença no plenário de munícipes inscritos que desejam intervir no período regimental de intervenção do público, dando-lhe de seguida a palavra.

Munícipe Raúl Eduardo Carneiro:⁰⁰⁶

"Boa noite a todos e a todas. Excelentíssimo Senhor Presidente do executivo, trago algumas questões relacionadas com a baixa de Santo António. Mais propriamente o seu Parque.

Os milhões de euros investidos na última década com a reabilitação do Parque e as instalações desportivas, o Parque da Sustentabilidade, como foi assim baptizado na altura das intervenções, tem sido negligenciado com falta de manutenção da zona verde e fraca dinamização do espaço envolvente tendo tornando-se crónico. Como é sabido, o clube de ténis de Aveiro, o CPA, detém direito de superfície dos courts de ténis e demais instalações de apoio que albergam aí a sua sede, após o contrato de comodato celebrado a 10/12/2010 e posteriormente alterado e aprovado pelo seu executivo em reunião de 2/12/2015, passando assim a entregar toda a gestão e dinamização do edifício e das instalações ali sediadas a título gratuito ao clube de ténis de Aveiro.

Posto isto onde se aprofundam estas questões acerca do processo de cedência. Desde Maio de 2020 o espaço referido, especificamente o espaço de apoio comercial que se encontra naquele edifício foi ocupado por actores externos ao CTA, com o claro objectivo de ali gerar louros com a exploração daquele espaço concedido ao clube. Como consta do documento mais recente disponível para consulta nos meios institucionais da Câmara, o contrato programa 2020/2021 estabelecido entre o município e o CTA, deixa bem claro na cláusula quarta que o clube tem como obrigação promover o desporto e as modalidades por si desenvolvidas, promover o município através do apoio que este lhe concede anualmente, e como tal fomentar um estilo de vida saudável. Para além das obrigações legais de transparência e prestação de contas inerentes a quem beneficia de dinheiros públicos. Assim e uma vez que a prestação de Contas ao público por parte do CTA é mínima ou

mesmo inexistente, questiono o Senhor Presidente, engenheiro José Agostinho, se considera que o CTA tem cumprido a sua missão? Revê-se neste modelo de gestão do parque de Santo António? As instalações que servem de sede ao CTA têm sido devidamente utilizadas? Quem se encontra a explorar o espaço concedido ao CTA? Fazem parte dos órgãos sociais do clube? Que tipos de atividades podem as instalações ali edificadas albergar?

O edifício contém o espaço de apoio para os utilizadores do Clube, mas que tipo de atividades comerciais pode ali desenvolver. Trata-se de um espaço de apoio aos praticantes de desporto ou é um restaurante, um bar noturno, ou mesmo uma discoteca dadas as horas tardias que desenvolvem ali atividades. O município consente que o CTA distorça as suas missões e utilize o espaço concedido para promover atividades aditivas como o consumo excessivo de álcool ao ar livre por jovens de tenra idade até altas horas da madrugada?

Por fim, quais os valores envolvidos na exploração do espaço comercial cedido ao clube? O CTA recebe rendas por ele? Se sim, quanto. Foi concessionado a privados, então com critérios. O processo é público? Muito obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara⁰⁰⁸

"Obrigado. Caro Raúl Carneiro tenho pouco para lhe dizer. Aliás é um bocado surreal, nunca me tinha acontecido, mas enfim andamos sempre a aprender. Alguém vir a uma Assembleia colocar questões sobre a gestão de um clube! É um bocado surreal. Mas dar-lhe nota que em relação ao Parque a nossa discordância em relação ao que disse é total.

Eu ainda o percorri todo durante três horas no passado sábado e sei bem como está o parque. Portanto essas suas frases de que está negligenciado enfim, é de quem tem um destroçador, um painel que lhe destorce a realidade à frente dos seus próprios olhos ou o não frequenta, objectivamente. Portanto dar-lhe essa nota que essa parte, como disse não é verdade, não corresponde à verdade.

Ponto segundo é de que tomei nota de todas as questões que colocou. Como compreenderá esta não é uma assembleia geral do CTA, nem sei qual é a sua relação com o CTA, não sei. A única coisa que lhe digo é que tomei boa nota de tudo e vou verificar no quadro de cooperação da Câmara com o CTA.

Dar-lhe nota que ainda recentemente assinámos mais um contrato de cooperação que termina agora no final da época desportiva e só é possível assinar contratos com instituições que têm tudo em ordem perante a Câmara. Prestações de Contas, Planos e Orçamentos, Registo do quadro de dirigentes, etc.

Com esta Câmara não é possível de outra maneira. Poderá dizer o Raúl não, falsificam tudo e mandam tudo falsificado. A Câmara não é entidade fiscalizadora de clubes. Nós não somos polícia, nem inspeção, nem coisíssima nenhuma. Temos cooperação e há sempre um princípio de confiança.

O que eu posso testemunhar é que a nossa relação com o CTA tem sido globalmente boa, tranquila, têm cumprido as suas obrigações perante a Câmara. É este o quadro que tenho para partilhar consigo.

De resto tomei boa nota de tudo e na relação institucional que temos com o CTA pode ter a certeza absoluta que falaremos com a sua direcção para clarificar as questões. Embora como compreenderá, este não é o sítio nem o modo para colocar questões desta natureza. Mas tomei nota de tudo e providenciarei, amanhã mesmo, para que, no quadro da nossa cooperação, saibamos do clube que há questões, pelo menos há um cidadão que diz estas coisas e, portanto, queremos saber o que é que se passa objetivamente. E garantir também que se há algo disfuncional fora do nosso conhecimento, atuaremos de imediato como é nossa prática. Muito obrigado."

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Danilo Jorge de Almeida e Ernesto Carlos Rodrigues de Barros.)

Municípe David Iguaz:[009](#)

"Boa tarde. Eu pedia à Mesa da Assembleia a mostragem de um vídeo, se possível favor. Pronto, basicamente isto é um acontecimento que aconteceu em minha casa, vamos colocar então tecnicamente o vídeo. Pronto isto basicamente, o que é que é isto, é um acontecimento que aconteceu exatamente na minha casa e trata-se de o que eu penso ser e o que me foi informado serem águas residuais nas condutas públicas das águas.

Portanto, neste momento, já isso aconteceu em Abril. Tem vindo a acontecer repetidamente quase todas as semanas. Não sou o único município que está a experimentar isto. Eu, na altura fiz uma reclamação na entidade competente que é a ADRA, eles de facto foram lá, foram solícitos, resolveram o problema. Mas o problema é que isto está a ser recorrente. É um problema que está a acontecer regularmente. Para além de avariar o meu equipamento, estou a só a falar por mim obviamente, mas penso que estará a acontecer noutras situações. E a causa, segundo fontes técnicas, provém das obras na Avenida. Se é verdade ou não o Senhor Presidente poderá mandar verificar com certeza tem os meios para verificar. Não tenho a certeza, mas penso por favor para o Presidente verificar se é verdade ou não. O que é certo é, eu acho que isto é grave, porque isto está a entrar dentro das águas das casas das pessoas regularmente. E, portanto, acho que é uma situação que penso que tem que ser olhado com algum cuidado.

A segunda questão que eu queria colocar diretamente ao Senhor Presidente da Mesa é relativamente à consulta das atas destas Assembleias. Eu tentei consultá-las e infelizmente não consegui porque há uma password. Também já solicitei essa password, mas infelizmente até agora não me foi fornecida. Portanto queria ver se era possível por favor dar acesso a essa documentação. Muito obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[010](#)

"Senhor David o que eu lhe apelo, e o Senhor é um municípe que emite muitos mails, é quando acontecem coisas desta natureza, independente de falar como fez e bem, com a ADRA, que é a nossa empresa, que também somos sócios, use aquele meu mail.

Quer dizer vir à Assembleia Municipal expor de uma questão que aconteceu em Abril, independentemente de estar ainda a acontecer e acredito como disse da água suja em sua casa, é um acto surreal. Eventualmente motivado pelo seu novo exercício de candidato do Partido Socialista a uma Junta de Freguesia - só o posso entender por isso!

Disponha sempre do meu mail. Nós temos um trabalho de equipa permanente com a nossa empresa Águas da Região de Aveiro e tratamos de várias coisas. Coisas graves, coisas pontuais, temos um trabalho de equipa permanente.

Portanto não faço ideia nenhuma. Obviamente é uma coisa que não está bem, claramente, mas ainda por cima se a empresa já fez a análise técnica tem seguramente uma explicação. Embora às vezes há problemas que não é fácil detectar a sua origem.

Mas tomei boa nota, vou diligenciar no nosso trabalho, que repito é diário e permanente, de equipa, com a empresa e seja lá onde for. Mas ainda bem que não são as obras do Rossio, fico contente. Enfim fico muito contente não serem as obras do Rossio.

Mas ó David não vislumbro porque é que serão as da Avenida, está a ver!? Não vislumbro. Porque é que com tanta casa, hotéis, pastelarias, que há naquela rede desde a Avenida até sua casa, como é que só na sua casa tem um problema destes? Embora tecnicamente enfim, às vezes há coisas que provocam coisas difíceis de perceber.

Portanto deixar esta nota de que diligenciarei para se verificar o que se passa. Se voltar a acontecer use aquele meu mail. Não necessita de escrever nenhum tratado, tomei boa nota e acredito obviamente no seu vídeo. Mas perceberá que vir aqui por causa da água suja da sua casa é um bocadinho surreal.

Já agora dar-lhe esta nota. Que na obra do Rossio a ADRA (haverá várias obras) há a obra base da Câmara, mas uma das obras complementares, porque vai haver várias obras complementares da ADRA, da EDP, e da Lusitânia Gás, uma das obras é uma rede completamente nova da distribuição de água em quase toda a área de intervenção.

Vamos reformular profundamente a rede de águas residuais, por causa da desactivação da estação elevatória que serve a maior parte daquela área e a activação da nova estação elevatória. Seguramente serão duas benfeitorias na rede, que uma parte é obra nossa outra é da própria empresa Águas da Região de Aveiro, para elevarmos a qualidade do serviço. E como todos sabemos a distribuição de água é um serviço absolutamente essencial para a vida de toda a gente.

Portanto deixar apenas estas notas e obviamente garantir que tomarei diligências para verificar esta situação. E dar-lhe nota que se verificar, se voltar a acontecer, naquele mail que já conhece dê-me uma nota para aprofundarmos e pressionarmos a ADRA para que se investigue e se tenha uma explicação e não volte a acontecer. Muito obrigado."

Presidente da Mesa:[011](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Enfim, em relação à questão que me foi dirigida. Dizer que todas as actas são de consulta pública, não há restrição de acesso à consulta das actas, elas obviamente são públicas. A Assembleia Municipal de Aveiro, como os seus Serviços, pautam-se como todo o Estado português, por um princípio de fundamental que é o princípio da transparência da Administração Pública.

Isso não significa que não hajam certas situações que a lei prevê que possa haver restrição. Para esse efeito o Senhor David Iguaz deve especificar em concreto o que é que quer consultar, não é deputado, pode vir a sê-lo. Mas de facto, dizer que, este sistema de consulta está criado há muitos anos. A única coisa que eu transmitiria é que especifique em concreto o que é que pretende consultar e as actas são públicas e estão disponíveis, não há dúvida nenhuma em relação a isso."

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Concluídas as intervenções, o Presidente da Mesa deu início ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

"Obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-nos que lembrar mais uma vez que a violência doméstica e em especial a que é dirigida às mulheres, continua a fazer vítimas. A violência contra mulheres é uma crise global oculta que não conhece fronteiras geográficas ou culturais e que, como todos estamos cansados de saber, assume muitas formas. Os números estão disponíveis e continuam a ser incompreensíveis. Em pleno século 21 cerca de 35% das mulheres sofrerá durante a sua vida de alguma forma de violência.

Dos estudos disponíveis ressaltam 2 indicadores verdadeiramente preocupantes. O que indica que quem pratica violência contra as mulheres tendencialmente acredita que o seu comportamento não só é o apropriado como sente que é apoiado pela sociedade. E o outro que revela que o número ainda significativo de vítimas acredita que a violência doméstica é justificada.

Estamos perante uma das violações mais generalizadas dos direitos humanos que tem efeitos devastadores na vida das mulheres e na sociedade em geral, prejudicando os esforços de desenvolvimento e construção de democracias fortes e de sociedades justas e pacíficas. Estamos todos cansados de ouvir estas palavras, certamente. Mas quando as notícias sobre este assunto surgem no nosso quotidiano, ainda há quem procure e encontre a indiferença ao alcance do comando da televisão, mudar de canal resolve sempre. Embora os estudos indicam também que as atitudes estejam mudar, a lentidão com que essa mudança ocorre é confrangedora, desesperante, fazendo-nos pensar que o esforço tem de ser maior e mais efetivo e que cada 1 de nós tem um contributo a dar.

Após a aprovação por unanimidade da proposta de recomendação que o PAN trouxe à Assembleia Municipal de 23/2/2019. Enviámos no dia 26 de Junho (amanhã fará um ano) o nosso humilde contributo, apenas um ponto de partida, com o objetivo de se alavancar uma ideia de estrutura que deveria, naturalmente ser alimentada pelo executivo municipal e por todos os partidos com representação na Assembleia Municipal. Infelizmente não obtivemos nenhuma resposta por parte do executivo municipal. Aliás, das poucas mensagens que o PAN dirigiu ao executivo durante 4 anos de mandato, nenhuma mereceu resposta. Julgo mesmo que nem o recibo de leitura recepcionámos. Dizer também que, este contributo específico, seguiu com conhecimento do excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal e para os serviços da Assembleia Municipal, também sem qualquer tipo reação. Naturalmente que nos congratulamos pela associação da Câmara Municipal de Aveiro à campanha "não fique à espera" patrocinada pela Altice, mas pensamos que este executivo tem a capacidade de poder fazer um pouco mais. Ou seja, será caso para dizer, senhor Presidente da Câmara, digníssimos vereadores, não fiquem à espera.

Sabemos que não podemos mudar o mundo com apenas um impulso. Claro que não. Mas o esforço de cada um de nós pode, em algum momento, marcar a diferença para que algo mude na vida de uma vítima, o mesmo na vida de uma testemunha que decida ir mais além do que assistir e silenciar. Uma coisa parece demasiado óbvia. Não se mudam consciências através do silêncio e do conservadorismo arcaico que ainda subsistem em algumas mentes bolorentas que continuam a disseminar que, entre marido e mulher não se mete a colher. Permitam-nos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, lembrar que, para uma resposta eficaz a esta violência os diferentes sectores da sociedade devem trabalhar juntos. Não há outra forma. Este problema e a resolução de que carece não é propriedade da esquerda ou da direita, mas um dever de todos. Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados municipais, Senhor Presidente de Câmara e demais Vereadores. Eu gostaria neste ponto, o PCP utiliza para focar algumas questões de âmbito nacional, mas em face de uma questão municipal que não está tratada na comunicação quero fazer uma questão ao Senhor Presidente de Câmara. É o seguinte. A propósito do processo judicial em trono da questão do Rossio, em reunião de Câmara o Senhor Presidente terá dito e cito "que o concessionário do parque de estacionamento no Rossio, mesmo antes de fazer a sua construção, iniciaria a gestão do parque de estacionamento do Mercado Manuel Firmino!? Senhor Presidente da Câmara, em que termos é que é isto possível? Obrigado."

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa).

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

"Senhor Presidente, no mês de Junho celebra-se o mês do orgulho LGBT. Um pouco por todo o mundo há essa celebração e essa chamada às ruas por parte de todos e de todas que acreditamos que uma sociedade mais justa será sempre uma sociedade mais diversa e aceitadora de todos e de todas, tal como somos e não como querem que que sejamos.

E Aveiro obviamente não fugiu à chamada. Celebrou-se a terceira marcha LGBT no dia 12 de Junho, depois de uma primeira marcha que trouxe para as ruas mais de 600 pessoas, entrámos num contexto de pandemia e, portanto, a segunda marcha foi celebrada de acordo com o que vivíamos. Mas este ano e cumprindo todas as regras voltámos a estar presentes nas ruas, voltámos a juntar, para celebrar aquilo que é a conquista de direitos ao longo de décadas por pessoas que reiteradamente se veem a marginalizadas invisibilidades, vítimas de violência, ódio e preconceito. Discriminação no acesso ao trabalho, à habitação, aos serviços de saúde e, portanto, é importante que este mês seja celebrado em todas as suas vertentes. Porque não podemos esquecer que há pessoas que ainda não têm os mesmos direitos que uma maioria assumidamente tida como privilegiada, porque todos os seus direitos estão cumpridas, quando há outras pessoas que, pela sua sexualidade, pela sua identidade de género, se veem privadas desses direitos.

Celebramos. Celebramos as conquistas do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção, mais recentemente a dádiva de sangue que até agora estava vetada a pessoas homossexuais. Mas temos noção que a continua a ser um dia de luta. Os direitos conquistados podem ser retirados, como podemos ver o que está a acontecer na Hungria e como em situações de direitos humanos, não se fica em cima do muro, não há neutralidade em questões de direitos humanos. Ou sabemos também da luta que é preciso para combater os fenómenos de violência, discurso de ódio e demonstração de ódio também para com os elementos desta comunidade.

É importante que em todos os sectores da sociedade este mês seja celebrado e de uma forma global, essa celebração, quer seja por apoio, quer seja por repúdio a países onde esses direitos estão a ser retirados, deve ser também visibilizado e deve ser reconhecido. Lamentamos profundamente que depois em Portugal, uma instituição bancária ter abertamente dado o seu apoio a este mês da visibilidade, tenha sido um dirigente do CDS de Aveiro, um dos únicos dirigentes nacionais do CDS, com uma atitude reprovável e totalmente descabida a mostrar a sua indignação perante esse apoio. O cheiro a mofo já não é aceitável no nosso país. Não é, nem dentro do vosso partido, muito menos na sociedade como um todo. E, portanto, o Bloco de Esquerda deixa aqui também o seu reconhecimento do mês de Junho e da importância da celebração do orgulho gay."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Cumprimento-o e na sua pessoa todos os membros desta Assembleia e Senhor Presidente da Câmara. Venho trazer aqui dois ou três assuntos rapidamente. Sei que o Senhor Presidente da Câmara é das pessoas mais bem informadas daquilo que se passa no concelho, conhece quase os buraquinhos todos. Mas eu gostava de saber o que é que se o presidente da Câmara pensa do Eiró? Do esteiro do Eiró, que está para o pessoal da minha terra, do Bom Sucesso, como o Poço de Santiago esteve para Aveiro e para os aveirenses. Já há 60 anos estava num estado lastimoso, mas hoje está num estado degradado de tal maneira que merece que o Senhor Presidente passe por lá para olhar para aquilo e ver o que é que se pode fazer daquilo, porque eu sei que eventualmente,

poderá estar em causa também uma estrada panorâmica, uma via panorâmica Aveiro/Ílhavo e era importante como é que aquilo se poderá enquadrar.

E quando for lá, já agora, pedia-lhe um bocadinho de tempo, olhar bem para aquilo que está a acontecer na Casa do Conselheiro Queiroz, na quinta da Torre, a tão celebrada "Quinta da Torre". Eu agora quando lá passo faz-me lembrar o fado da Amália " para fazer desta casa o que fizeram mais valia que a tivessem mandado para as alminhas ..."

De facto aquilo ali está mal. Vejo que agora está "escorado", mas irá aguentar, não é para cair? Espero não ser feita uma solução como a que foi feita na Severino Duarte, aquilo caía e depois arranja-se uma solução.

Senhor Presidente é premente preservar a memória do Conselheiro Queiroz. A solução, na minha modesta opinião, que está prevista não é boa nem para a terra, nem para ligação sul da Universidade, nem é boa no respeito da memória que devemos preservar do Conselheiro Queiroz. Era bom que isso se altere. Eu lembro que uma das primeiras intervenções que aqui fiz, foi há 25 anos, era o Dr. Girão Pereira o presidente de câmara e na altura fez uma grande coisa por aquela obra, tinha mudado a placa. Dizia a placa vão fazer-se obras de reconstrução do solar. Está na mesma!

Finalmente uma coisa muito simples que é, no site da Câmara Municipal, há uma galeria de "Aveirenses ilustres". Nessa galeria está o nome de muitos Aveirenses ilustres, mas não consta o Conselheiro Queiroz!? Consta o seu neto, que não era de Aveiro. Que foi filho de mãe incógnita, como sabem, e que o pai desprezou, e que o único que tratou dele foi o Avô que o foi buscar e pagou à ama até ela morrer e depois o trouxe para a nossa terra e que dele cuidou na sua juventude. E o Conselheiro Queiroz é um homem a que Aveiro deve muito. Aveiro deve, para além do mais, a flama da Liberdade que está na bandeira de Aveiro. E esse homem tem de ser respeitado.

E mais. Já teve um familiar aqui como Presidente da Assembleia Municipal. E nós devemos ter respeito e devíamos respeitar essa memória dessas pessoas porque elas merecem serem respeitadas e a memória do Conselheiro Queiroz não pode ser esquecida. Foi um homem da revolta liberal em Aveiro (já perdemos o seu espólio) e da maneira como estão a tratar as ruínas da sua casa na Quinta da Torre, retratada na figura do Afonso da Maia nos 'Maias', não é uma maneira boa de Aveiro respeitar a memória do Conselheiro Queiroz. Senhor Presidente, muito obrigado."

Vogal Ernesto Barros (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[016](#)

"Obrigado Senhor Presidente. São duas coisas muito simples. Uma delas é que agora que estamos realmente a arranjar, a fazer uma obra bastante interessante no canal de São Roque, nomeadamente na substituição dos apoios marítimos, só gostaria de saber se a Câmara aponta também alguma coisa em relação às pequenas barracas de apoio aos equipamentos que estão instalados para movimentar as comportas. Estão extremamente degradadas, estão com tábuas tiradas, penso que com pouca despesa se poderia recompor aquilo, agora que estamos a entrar novamente numa fase de turismo. Aquilo dá efectivamente má imagem para quem passeia nos moliceiros.

Outra questão que eu queria saber agora que chegámos à conclusão (penso que já veio o Visto do Tribunal de Contas) que a obra do Rossio vai avançar, queria saber se a Câmara está a contabilizar os custos pelo Senhor Davis Iguaz, que fez e está a fazer ao erário público, pela contante contestação que fez por todo este período? Eu acho que a Câmara tem muita despesa que este senhor está a fazer à autarquia e portanto alguma coisa deve ser feita para ressarcir dessa situação que é realmente um autêntico ultraje. Muito obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

"Muito boa noite a todos. Um ponto prévio à minha intervenção, relativamente à Rita Batista, queria dizer que nosso partido ao contrário de outros, todos têm direito a opinião a transmiti-la publicamente. Pode não agradar a todos, a pessoas de outros partidos, a pessoas do próprio partido, mas nós no CDS somos livres de expressar a nossa opinião. Se a Senhora deputada entende que a pessoa que proferiu as opiniões que referiu deverá prestar-lhe algum esclarecimento, posso dar-lhe o número de telefone dessa pessoa e certamente ela terá muito gosto em a receber para esclarecer aquilo que pretendeu dizer.

Depois e um bocadinho na sequencia da intervenção do Senhor Iguaz, não são problemas de águas residuais nas águas de consumo, mas é uma situação que acontece duas ou três vezes por ano, sobretudo nas zonas onde hajam prédios que tenham cisternas de armazenamento de águas, quando há ruturas de canalizações, que acontecem, sempre que há uma rutura obriga cada condomínio a gastar uns milhares de litros de água para esvaziar o depósito e limpá-lo dos resíduos que lá ficam e voltar a encher.

Eu julgo que devia haver neste tipo de situações, a ADRA tem o cadastro sabe bem a zona de influência de determinada avaria, haver um crédito de x litros para cada condomínio. Há aqui uma função social que deveria ser feita pela ADRA e deixava esta minha opinião. Felizmente não são muitas as ruturas, mas acontecem e acho que o assunto deveria ser revisto.

Outro assunto é uma notícia desta semana e há aqui colegas também ligados a Associações, não sei se tem conhecimento, mas pelo menos uma associação do qual sou dirigente, os contratos de fornecimento de electricidade e de gás, estão a terminar, e fomos confrontados pelo operador que nos estava a fornecer com um novo contrato, numa logica de subida de preços em 100%. Em números redondos, pode não ser exacto.

Contatado o mercado, outros fornecedores, a subida dos preços anda na casa dos 95% portanto isto é geral.

Se relativamente ao preço do gás todos sabemos que somos dependentes do exterior e que os preços dos combustíveis nos mercados internacionais estão em alta, já quanto à electricidade, segundo dados da Associação das Energias Renováveis, 74.2% da energia produzida em Portugal neste ano foi de origem renovável.

E portanto não consta que o sol, o vento ou a água dos rios tenham aumentado de preço, para justificar um aumento desta índole na tarifa da electricidade.

Isto vai ter consequências para as Associações, principalmente nas desportivas, mas nas sociais também, e isto está a acontecer na renovação de contratos. Portanto quem tem contrato em vigor provavelmente não terá qualquer problema. Mas quando os contratos vencerem, foi o que aconteceu, e deixo portanto o alerta e à Câmara porque isto vai afectar toda a actividade das associações.

Queria também fazer, visto este mandato estar aproximar-se do fim, a próxima sessão da Assembleia já vai coincidir com campanha eleitoral, é na nossa opinião fazer um balanço da actividade municipal deste mandato.

E a conclusão é que o município de Aveiro, hoje, é sem dúvida, está muito melhor do que estava há quatro anos atrás. O trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal conseguiu atingir em simultâneo diversos objectivos que, à partida, pareceriam difíceis de conseguir em simultâneo: diminuição do endividamento; altos níveis de investimento público; notoriedade reconhecida em diversas áreas por entidades externas.

A diminuição do endividamento, que se viu traduzida no atingir do rácio de 1.5 entre a dívida e a receita corrente, é a marca de excelência deste mandato, permitindo que no futuro próximo os órgãos autárquicos aveirenses voltem a ter autonomia total na definição da política financeira, nomeadamente no nível de fiscalidade municipal, sem qualquer

constrangimento externo como acontecia até aqui. E nunca é demais referir que nos diversos municípios que, tal como o nosso, recorreram ao apoio do FAM, não houve nenhum outro que conseguisse fazer aquilo que Aveiro conseguiu.

Mas Aveiro conseguiu este resultado financeiro notável ao mesmo tempo que manteve o investimento público municipal em níveis elevados e em áreas tão diversas como a saúde, a educação, as vias de comunicação, a recuperação do património habitacional, os equipamentos desportivos e culturais, a actividade cultural, etc.

Um outro aspecto que merece destaque é também o nível financeiro das delegações de competências nas Juntas de Freguesia, contratado e pago, permitindo assim às Juntas um grau de autonomia maior nas suas actividades quotidianas.

Tudo isto com quase metade do mandato afectado por uma pandemia que a todos afectou, com consequências graves a nível das finanças municipais através da diminuição de receitas tidas como seguras e do aumento da despesa necessária para fazer face ao combate ao covid.

Se fossem apenas os partidos que constituem a Aliança com Aveiro a fazer o auto elogio do que foi até aqui realizado, poderiam ser acusados de uma análise tendenciosa. Mas, quando ao longo deste mandato, Aveiro figurou sempre nos lugares cimeiros de diversas avaliações feitas por entidades externas ou mesmo reguladores sectoriais, isso representa a comprovação de que a gestão autárquica aveirense rege-se por elevados padrões de exigência cujos resultados beneficiam quem aqui reside, trabalha ou investe.

A análise destes quatro anos não fica completa sem que se olhe ao contributo que oposição deu para que a Aveiro de 2021 esteja bem melhor do que a de 2017.

Poderia aqui deixar umas linhas em branco, pois, em termos gerais, poucos ou nenhuns foram os contributos recebidos que ajudassem à melhoria ou permitissem estudar alternativas conscientes e viáveis ao que foi realizado.

Temos uma parte da oposição que continua agarrada a modelos políticos que já faliram no século passado, agarrada a um centralismo que em Portugal está provado que não serve a ninguém para além daqueles que lá pela capital querem continuar a garantir decisões sobre territórios que ignoram, populações que desconhecem e dinâmicas que não imaginam sequer que possam existir ali a duas horas de viagem.

Outra parte da oposição entretém-se a votar contra praticamente tudo o que aqui é proposto, qual caçador encurralado que dispara aleatoriamente em todas as direcções, vangloriando-se, no entanto, de apresentar dezenas de propostas que, lamentavelmente, na opinião deles, são sempre chumbadas.

Mas alguém poderia, em consciência, votar aquelas propostas? Alguma delas tinha qualquer informação, ainda que sumária, da influência na despesa ou receita municipal que iria provocar? Aliás todas tinham características semelhantes – ou aumento de despesa ou diminuição de receita – o que, para quem recentemente achava que “o dinheiro não cai do céu” só prova a incoerência daquilo que dizem.

Finalmente, para terminar, a principal oposição à governação municipal, pelo menos em dimensão. Como diria alguém que vexas muito prezam, “foi pouquinho!”.

Esperava-se muito mais e muito melhor, mas não foi esse o caminho que escolheram e os aveirenses, cientes de tudo o que se foi passando ao longo do mandato, farão em breve as suas escolhas que permitirão a Aveiro continuar no caminho do desenvolvimento em todas as suas vertentes. Disse.”

Vogal Joaquim Oliveira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

"Obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. O senhor Presidente sabe melhor que ninguém que em recente directiva europeia até 2025 a recolha de resíduos sólidos tem de

deixar de estar indexada ao custo da água. É um processo preocupante porque temos até indícios de não muito sucesso como todos sabemos.

Esse desígnio estabelece, privilegia o separador que separa o lixo, que não deve pagar portanto a recolha de lixo. Mas isso para mim é um processo complexo para o município. Estou a ver questões administrativas uma vez que o cobrador é ADRA e passa a ser não sabemos que, portanto é um processo complexo. E até o prazo. O prazo dado pela comunidade europeia são de cinco anos sugere mesmo isso e que vi dar muito trabalho e é um assunto que vai suscitar muitas preocupações.

Noto também o seguinte. Noto que o nosso município, mesmo tendo havido alguma densificação de equipamento instalado noto que nem todos estão bem instalados. Eu sugiro ao município que faça o levantamento dos equipamentos instalados, há um parceiro incontornável que é a operadora que faz a recolha, que conhece os equipamentos com mais sucesso e com menos sucesso e até pode sugerir a boa localização, aliás pensamos que esse trabalho já poderia ter sido feito. A todo este assunto há outro problema que é a recolha de resíduos biodegradáveis. É outro cenário absolutamente aterrador. Mas a solução expedita é logo atribuir ao municípe o pagamento da recolha dos resíduos. Obrigado."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

"Muito boa noite senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos. Relativamente à questão do PAOD trazia dois assuntos que penso que são de interesse relevante para Aveiro. Aproveitando obviamente momento temporal em que esta Assembleia se realiza, gostaria obviamente perceber em que ponto de situação e que ambos se encontram.

Um deles tem obviamente a ver com o eixo de ligação Aveiro/Águeda e aqui nos que nos diz respeito, obviamente à parte que corresponde ao concelho de Aveiro e à forma como estará a ser projetada a interligação com o nosso município do concelho vizinho. E o outro assunto tem também a ver com mobilidade, tem a ver com a questão da alta velocidade e com a questão da ferrovia e também queríamos perceber em que ponto e de que forma é que, neste momento, em Junho de 2021, estas questões estão relativamente àquilo que é o impacto e o desenvolvimento previsto para mais especificamente no concelho de Aveiro. E é só."

Vogal Glória Leite (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

"Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e os que se encontram a acompanhar-nos pelas vias digitais.

(hoje vou ler). Aproximando-se o final do mandato desta AM, surge em bom tempo, o tempo de reflexão, da análise e da prestação de contas no âmbito do trabalho realizado neste órgão - e por isso divido a minha intervenção em duas. A primeira parte diz respeito à representação que tenho tido o gosto de pertencer na CPCJ de Aveiro. E tomando aquilo que está nos relatórios de 2017/2018/2019 e 2020, partilho (com autorização da Mesa) com esta Assembleia e com o Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, os resultados.

E por que é que vêm hoje? Porque ontem decorreu a eleição para o novo Presidente da CPCJ de Aveiro.

E quase que nos deparávamos com um vazio de pessoas para eleger! De facto o que deixo da experiência vivida, gostaria de partilhar convosco e de vos dizer que o ano de 2020 tapou o que o de 2021 destapou. E que portanto o numero de sinalizações subiu em flecha e o numero de casos de absentismo e de abandono escolar, idem.

A par disto surgiram mais casos de violência doméstica de incidência em crianças em idade muito precoce e reitero aqui aquilo que disse ontem na CPCJ. O modelo de funcionamento

da Comissão, que se divide em Comissão alargada e comissões restrita com funções diferenciadas, não se coaduna com a realidade vivida.

Ontem mesmo teve lugar a eleição para o Cargo de Presidente da CPCJ, de aceitação obrigatória de acordo com a legislação em vigor, sendo elegíveis todos os comissários que têm mandato de três anos para cumprir. Isto porque a sua Presidente tem de abandonar o cargo porque atingiu três vezes, dois mandatos.

E a título de exemplo deixo também, para exemplificar, a forma como a CPCJ se encontra com sete horas de um lado, quatro horas do outro, mais aqueles que vão de boa vontade.

Salienta-se o apoio administrativo do município e a cedência das instalações físicas, mas os comissários estão permanentemente sujeitos a um trabalho exaustivo e com muita responsabilidade, com tomadas de decisões constantes. E da análise e da experiência que tenho, que não é apenas destes quatro anos, torna-se premente o reconhecimento das CPCJ numa perspectiva de dedicação permanente e de uma equipa de trabalho dedicada, constante e robusta, sem estar sujeita às pressões e horários e de "entras de saídas".

«Dados dos relatórios de 2017, 2018, 2019 e 2020

Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, com a alteração dada pela Lei 142/15 de 8 de Setembro, tem por objetivo promover o exercício efetivo dos Direitos da Criança, nos termos da respetiva Convenção; o Garantir a proteção das crianças e jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral; o A aplicação da Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo compete às ECMIJ, às CPCJ e aos Tribunais (Art.º 6º) e destina-se a residentes em território nacional (art.º 2º)

Entidades sinalizadoras/n.º sinalizações	Ano 2017	2018	2019	2020
Atendimento dos Serviços de Segurança Social	4	4	3	
Autarquia	1	12	3	
Autoridade Policial	105	114	95	97
CPCJ	16	11	14	9
CLA RSI	6		6	
CPCJ Aveiro	5			
Estabelecimentos Ensino	34	44	54	48
Estabelecimentos Saúde	7	11	23	8
Familiares		3	5	1
Instituição acolhimento	1	5	3	
IPSS	3	2	11	4
Mãe	5	5	7	4
Ministério Público	4	3	20	21
NACJR	2			2
Pai	9	4		6
Pais	1			1
Projetos Comunitários	4	2	1	
Próprio	1	1		
S/ informação	29	6	21	15
Tribunal	15	8	11	6
Vizinhos/particulares	4	9	8	2

No presente ano de 2021 o número de sinalizações subiu exponencialmente havendo especial incidência nos casos de absentismo e de abandono escolar.

Da experiência vivida ficam as seguintes reflexões:

- a) Aumento de casos de violência doméstica;

- b) *Incidência em crianças de idade muito precoce;*
- c) *O modelo de funcionamento da Comissão que se divide em Comissão alargada e Comissão restrita com funções diferenciadas, não se coaduna com a realidade vivida. Ontem mesmo teve lugar a eleição para o cargo de Presidente da CPCJ de Aveiro (de aceitação obrigatória, de acordo com a legislação), sendo elegíveis todos os Comissários que têm mandato de 3 anos para cumprir e porque, a sua presidente atingiu o limite legal de mandatos (dois x 3 anos). A título de exemplo deixa-se a composição das Comissões do ano de 2020:*
- *Modalidade Restrita Tempo semanal dedicado à CPCJ*
 - *Técnicos afetos*
 - *Representante IPSS Atividades de Carácter Residencial 7 horas*
 - *Representante IPSS Atividades de Carácter não Residencial 7 horas*
 - *Representante ISSI 4 horas*
 - *Representante Ministério Educação (presidente) 35 horas*
 - *Representante Município 3 horas*
 - *Representante Ministério Saúde 10.5 horas*
 - *Técnica Cooptada Município (secretária) 21 horas*
 - *Técnica Cooptada Ordem Advogados 7 horas*
 - *Técnico Cooptado AEVA 7 horas*
 - *Apoio Técnico do município 35 horas*
 - *Apoio Administrativo (município) 35 horas*
 - *Apoio Administrativo (município) 35 horas»*

Por último, entendo propor à AM o reconhecimento do trabalho realizado pela Presidente cessante Dr^a Beatriz Reis, professora e representante do Ministério da Educação a qual demonstrou elevada dedicação e preocupação constantes; profundo humanismo e zelo; cuidados especiais na prestação da melhor proteção às crianças e jovens do concelho de Aveiro e às suas famílias numa perspetiva de trabalho de equipa; de soluções partilhadas e em rede. Foi responsável por muitas crianças e jovens terem oportunidades de terem um futuro diferente. Por estes motivos, sinto-me agradecida.

Segunda parte:

Enquanto cidadã aveirense sinto-me privilegiada por terem confiado em mim e por poder ter dado um pequeno e humilde contributo servindo os meus concidadãos e conterrâneos. Queira V. Ex^a e todos os presentes nesta sala e os que nos acompanham por via digital, fazer o obséquo de entenderem esta minha intervenção a favor da Cidade de Aveiro e nunca contra ninguém. Não venho trazer recados, nem venho arranjar quezílias. Venho apelar ao “aveirismo” que aqui grassa para que possamos fazer melhor.

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo e representativo do Município cujas competências são latas e variam entre a fiscalização à atividade camarária, das empresas locais integradas na administração local; da apreciação da informação escrita do Sr. Presidente; Auditorias; Inventários; GOP; Taxas, Licenças, Impostos, Empréstimos, Concursos Públicos; Regulamentos; Alienações, Aquisições, Vendas, Hastas Públicas, Desafetação de Bens, Contratos, Concursos, Criação/reorganização de Serviços.

Se quis ser exaustiva ao enunciar as competências referidas, foi por ter constatado pela análise documental das 56 atas disponíveis e elaboradas até fevereiro de 2021, que foram cumpridas na íntegra e escrupulosamente as competências da AM. A análise documental responde, em percentagem, a mais de 90% destes assuntos, ficando em percentagens reduzidas, a violência doméstica, o bem-estar animal, a violência de género e doméstica, os problemas ambientais— entre outros.

Mas nós, os de Aveiro, não nos movemos apenas por questões de “ideologia”, e no que me diz respeito particularmente, tenho uma ideologia muito própria, de defesa da educação aveirense, num horizonte aberto como o da Nossa Terra, espelhando na água da ria a transparência, o trabalho de rede e de equipa, o saber emparceirar.

Esta minha ideologia contempla a maré cheia de planeamento, de olhar profundo sobre o que se quer para Aveiro daqui a 10 anos, sobre o quer o tecido empresarial da parte dos nossos jovens. E ainda que as marinhas nos apareçam muitas vezes divididas, elas escoam para um lugar comum, pelo que, e tal como o trabalho no salgado de Aveiro, também eu entendo que o trabalho para o bem comum da comunidade educativa de Aveiro está ainda no seu início. Como em tempo referi ao nosso Presidente da Câmara, integrei a sua lista como independente e como missão de serviço à Escola Pública de Aveiro, de forma livre, com postura firme, frontal, em atitude altaneira, sentido e pensando livremente (como diria alguém que já presidiu a este Casa). Procurando pontes, apresentando soluções, com espírito indomável e antes de quebrar do que torcer...nós os de Aveiro somos assim. E por isso, e por pensar nas coisas, não me contento com o suficiente para a minha Cidade e me permito refletir e discorrer sobre alguns factos que partilharei com todos os líderes de bancada e com a Câmara, com a devida autorização do senhor Presidente.

Analizando o documento distribuído constatamos como primeira conclusão que, à data de hoje todas as escolas e agrupamentos do Concelho continuam sem cumprir o rácio de pessoal docente e não docente previsto na Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, alterada pela Portaria n.º 73-A/2021 de 30 de março, pela Portaria n.º 245-A/2020 de 16 de outubro e retificada pela Declaração de Retificação n.º 40-A/2020, de 16 de outubro. A 2ª Conclusão que se impõe é que o Concelho tem aumentado o número de turmas e de alunos, diminuindo consideravelmente o número dos seus recursos humanos. Por último, mas não menos importante, importa realçar, que há agrupamentos que apenas sobrevivem desde há um ano a esta parte, de tal modo estão quartados dos mínimos exigidos para um trabalho de qualidade sofrível.

Importa, pois deixar algumas questões para reflexão:

- a) Quando estão previstos os terminus dos concursos que a autarquia tem a decorrer?*
- b) Que garantias têm as escolas e os agrupamentos que, pelo menos, a 1 de setembro de 2021 estão colocados todos os trabalhadores para cumprimento do rácio concelhio?*
- c) Está assegurada a manutenção das empresas de limpeza para os dois agrupamentos que a elas têm direito e que, por causa disso, têm a menos 25% de assistentes operacionais atribuídos no rácio de base?*
- d) Está prevista a criação de uma bolsa de substituições em permanência para as categorias referidas? Relembro que a taxa de absentismo é altíssima, os números ascendem, neste momento, a mais de trinta pessoas.*

Estou convicta que os jovens aveirenses merecem a excelência da Escola Pública para ser formarem contextualizadamente na ambição de sempre fazerem o melhor pela sua terra e pelo seu País. Porque acredito firmemente que os professores de Aveiro e quem os dirige nas suas Escolas são detentores de larga e valorosa experiência, com intervenção crítica e cívica, sei que abnegadamente, se entregam ao seu mister, prontos para desafios novos e constantes todos os dias, valendo a pena serem parte das soluções, serem parte efetiva de trabalho em rede, com intervenção e com soluções que permitam à educação aveirense desenvolver-se em prole da sua terra.

Os técnicos superiores, os assistentes operacionais e os assistentes técnicos são insuficientes. E não fora a sua dedicação, coragem e espírito e missão, não poderíamos ter levado a bom termo este ano letivo. Aveiro tem e terá mais no futuro, investimento em edifícios de qualidade e com garantia para a preparação dos mais novos num futuro

próximo e alargado que saúdo e aplaudo. Mas não tem esta realidade para o ensino da música, nem da dança, nem na Escola EB2 de São Bernardo.

Sei que uma escola é muito mais do que paredes, bons equipamentos, excelentes condições físicas. Uma escola é sempre e em primeiro lugar o cadinho da sociedade que acolhe. Que ouve; que dá afetos; que transmite valores; que valoriza, incentiva e ensina; que aprende e que partilha.

A Escola é gente, sempre e em primeiro, é proximidade, é resposta pronta. é esta visão de Escola com serviço público de excelência que gostaria de ter em Aveiro, terra com alma onde as pessoas estão em primeiro. A Escola é feita de e para pessoas e dentro da nossa comunidade educativa recebemos todos os jovens.

São os da educação inclusiva que, do meu ponto de vista, e à data carecem de resposta de mais qualidade e concertadas também ao nível Concelhio.

Não nos quedemos apenas por os apoios sociais, transportes especiais, entre outros. Mas é preciso fazer mais por estes alunos e por estas famílias.

Onde passam o verão? Como fazem férias os seus cuidadores? Como se encaminham após o cumprimento da escolaridade obrigatória? E os recursos comuns que temos em Aveiro para eles como os disponibilizamos?

Lembro a título de exemplo a Vela adaptada do Centro de Formação Desportiva do AEJE, em conjunto com o Sporting Clube de Aveiro e com a CMA que tanto podem dar a estes alunos especiais do Concelho. O que não posso é deixar de falar nesta população que ganharia com um trabalho profundo e aprofundado em rede.

A relevância da educação e da formação no crescimento económico, financeiro, social e político da nossa Terra é primordial, devendo ser pensada pela Cidade e pelos que a representam nos órgãos próprios. Afinal, como já aqui uma vez disse — é preciso uma Cidade para educar uma criança.

E deixo ainda mais um ponto para reflexão:

Por que razão não reúne o Conselho Municipal de Educação mais amiudadamente?

Recordo a todos a importância de juntos, construirmos mais Aveiro, de darmos o exemplo, enquanto casa da democracia, da palavra discutida no respeito pelas diferenças, de sermos exemplo de sabermos ouvir, para que os jovens que nos vão suceder (e muito bem), reconheçam que aqui se luta por uma Cidade moderna, cosmopolita, que defende os direitos humanos e inclui; que serve os cidadãos e os coloca em primeiro lugar.

Agradeço a vossa atenção a esta minha longa intervenção. Termino com as palavras de José Estêvão Coelho de Magalhães «Eu faria o maior esforço sobre mim mesmo se, tomando a palavra nesta casa, deixasse predominar no meu discurso alguma pretensão de efeito oratório, se não julgasse que é do dever do homem público, primeiro que tudo, manifestar o seu pensamento, mostrar as suas ideias, e dar as suas opiniões definidas sobre as questões que ocupam as casas onde lhe é permitido orar.» Disse."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

"Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimentar a restante Mesa. Senhor Presidente neste ponto que queria deixar ao senhor presidente da Câmara duas perguntas muito rápidas, concretas e, naturalmente, queria respostas concisas às mesmas. Na última Assembleia Municipal, o executivo agendou para apreciação, discussão e votação, um ponto sobre habitação em regime de CDH. Ou seja construção, com um investimento de uma entidade privada, no valor de 40 milhões de euros, mais isenção de taxas e licenças por parte do município, mais isenção ou redução de IVA por parte do Governo do país.

Estas habitações a custos controlados irão para o mercado em concurso controlado pelo município com redução de preços ou rendas na ordem dos 20 a 30%.

Nesta Assembleia houve quem votasse contra, quem se abstinisse, entre os quais o Partido Socialista que sustenta o Governo do país e as bancadas do PSD e do CDS votaram a favor da construção de habitação a custos controlados.

De referir que o executivo não era obrigado a trazer esta Assembleia tal discussão nem tal aprovação. Então a pergunta é a seguinte: Sabe-se que o Governo através do IHRU tem, embora numa fase muito embrionária a existência de qualquer projeto, mas todos sabemos que o Governo tem essa intenção nos antigos terrenos da Luzostela construir também habitação em regime CDH. Ou seja, habitação a custos controlados. Sendo que no cumprimento da lei, que os mesmos serão mais caros que os que aqui aprovamos!

Senhor Presidente, gostaríamos que também e usando o mesmo critério, agendasse esse assunto para esta apreciação e discussão e votação nesta assembleia nos mesmos termos que o CDH dos arrabaldes de Aveiro.

Esta nossa sugestão tem a ver com a forma como esta assembleia se expressou pelo voto, nomeadamente as abstenções, para sabermos como as mesmas forças partidárias irão votar tal assunto. Por isso Senhor Presidente da Câmara lhe pergunto se tem intenção trazer aqui a apreciação, discussão e votação o projeto de construção de habitação em CDH no Governo promovido pelo Governo do país?

Segunda pergunta. Senhor Presidente recentemente fomos prendados com a notícia de que a Câmara Municipal de Lisboa tinha dado ou enviado dados pessoais de organizadores de uma manifestação política na capital, colocando em riscos os próprios e as famílias dos mesmos que vivem na Rússia e que poderão ser incomodados o irem viver para parte incerta devido a esta denúncia e da entrega do envio de dados dos organizadores de uma manifestação política.

O que pergunto Senhor Presidente da Câmara é se na Câmara Municipal de Aveiro, o procedimento de ceder ou enviar os dados pessoais dos manifestantes é o mesmo desta Câmara. E se o for, a culpa dessa má ilegal cedência, a ser prática no executivo da nossa Câmara, se a culpa é também do porteiro? Disse."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

"Obrigado a todos. Hoje a título excepcional, vou responder às questões todas, dado que o ponto da informação escrita não ser no imediato, corremos o risco de não ser hoje tratado. Vou tentar responder da forma mais sintética que me for possível.

Rui Alvarenga obviamente subscrevo tudo o que disse, embora haja um limite nestas coisas, sabe. E este caso que vivemos em Aveiro que seguramente o incentivou e bem a fazer a sua intervenção, eu seu estudo sobre o assunto, mas não vou pronunciar-me em publico, é uma questão de respeitabilidade. Eram inquilinos da Câmara e se há caso em que os vários actores do estado, Tribunal, Autoridades policiais, Câmara, etc, agiram ao longo de uma história de mais de 10 anos, agiram em tempo e agiram bem, agiram com correcção, foi aquele.

Mas há um limite na vida. Há um limite na vida, porque obviamente não nos é possível criar um mundo em que colocamos um polícia, um guarda ao lado de cada cidadão 24 horas por dia. Isso não é possível. E pronto, há pessoas que têm uma relação má com a vida e fazem o acto que uma pessoa praticou, matando outra e matando-se a si próprio. Mas saiba disto. Às vezes a abordagem que fazemos que o Estado é mau, que o Estado não actua, que devia ter feito, etc, ali está um caso em que obviamente não teremos todos feito tudo seguramente. Mas ali está um caso em que a atuação do Estado, desde sentenças de tribunal até actos da CPC, enfim, de tudo, de todos os agentes que têm que actuar, é um processo em que a atuação dos vários agentes do Estado foi de grande correcção e a tempo. Embora alguém decidiu fazer o que fez. E o caso tem a repercussão que tem.

Este é um dossier que pertence como sabe a uma actuação prioritária da nossa rede social. É trabalho prioritário e assim vai continuar a ser, embora, como disse a Glória e bem, hoje na nossa CPCJ os dados do primeiro semestre deste ano, a violência doméstica já foi ultrapassada. Ultrapassada por um problema novo da maior complexidade e que envolve maioritariamente os nossos adolescentes, que é uma coisa muito complexa. Tem a ver com o covid? Seguramente tem a ver com o covid. Seguramente tem a ver com a falta de autoridade paternal, seguramente tem a ver com a anarquia instalada nas redes sociais, seguramente tem a ver com mil coisas.

Agora que é preciso olhar bem para aquilo, porque ninguém sabe como é que estas coisas se resolvem correctamente. São as interações entre as pessoas, os técnicos, procurando a cada momento dar as boas respostas. Agora há uma degradação dos valores da sociedade que não se resolve na CPCJ — em nenhuma. E que temos que trabalhar na comunidade para que os bons valores da relação entre os seres humanos, da autoridade paterna, etc, etc, etc, sejam colocados no devido sítio, isto é fundamental. Porque não há, não haverá nunca em estados democráticos, estados policiais, que andam a policiar os cidadãos um a um. Haverá em certos países do mundo onde obviamente não há democracias.

Dar nota ao Filipe e explicar isto de forma sumária, embora depois ao seu dispor para explicar com pormenor. No contrato com a concessionária, com a empresa que ganhou o concurso para fazer a obra e tudo o que está lá dentro, nomeadamente a concessão imediata do parque de estacionamento Manuel Firmino, imediata, porque está pronto e logo que acabe o Parque do Rossio o do Rossio, o que está no Contrato é que a componente da activação da gestão, e tem uma obra para fazer, a gestão é feita no Parque do Manuel Firmino. E é feita 5 dias após da emissão do Visto do Tribunal de Contas ou em data a acordar pelas partes.

No nosso caso, não conta o dia 16 de Junho que foi o dia da emissão do visto do Tribunal de Contas, conta o dia 24 de Junho porque foi o dia em que a Câmara deliberou a tal resolução fundamentada, que levantou o efeito suspensivo da tal providência cautelar. Porque a providência cautelar também tem efeito (tinha) sobre a eficácia do visto, ok. E portanto, os 5 dias não contam desde o 16 de Junho, contam desde 24 de Junho. No entanto, ainda hoje, foi uma parte da minha manhã, tivemos uma reunião com toda a equipa da gestão desta operação para definir com todo o rigor e já está definido, agora temos apenas pequenas questões de pormenor e que no final da semana estão terminadas, para ver tudo com pormenor. Aquilo que dissemos na nota de imprensa, nos próximos dias, nos próximos dias da próxima semana, diremos com rigor o dia X. Mas o contrato tem uma outra componente que é o auto de consignação da obra. É um outro acto administrativo que tem de ser praticado, enfim, por acordo entre as partes e cumprir um conjunto de preceitos nomeadamente a apresentação do plano de segurança respeitante à obra.

E há uma parte, a obra não vai em termos de obra arrancar imediatamente, a obra vai arrancar em termos de obra lá mais para o mês de Setembro. Mas o que vai arrancar imediatamente são as vistorias técnicas a todo o edificado confinante com a área de intervenção da obra. Mas para isso ser feito com total legalidade e rigor tem que ter o auto de consignação assinado, ok.

Agora uma outra questão que estamos a verificar é em vez de existirem aqui duas datas que o contrato possibilita, poderemos sincronizar e ter a mesma data. A data ser a mesma para o primeiro procedimento da entrega da nossa parte e da recessão por parte do consórcio, que depois tem um subconcessionário que faz todos os parques de estacionamento para a empresa, que é a empresa EmPark. E depois o acto formal final, que é o auto de consignação que marca o arranque formal da obra.

Rita Batista. Uma nota em relação à Rita. Obviamente autorizámos a manifestação. Dizemos autorizamos, mas a palavra não é rigorosa. O acto de autorizar não é assim.

Quando dizemos autorizar o que nós fazemos é ver se existe alguma incompatibilidade de um outro evento marcado ou também uma outra manifestação ou se existe alguma incompatibilidade de um outro evento marcada e poder dizer olhem, não façam nesse dia ou a essa hora. Quando dizemos autorizar esse autorizar tem apenas este carácter de verificar que não há inconveniente.

Quero ainda dar-lhe nota que os problemas da EU com a Hungria são muito mais do que estes. Nós, União Europeia, temos muitos problemas com a Hungria. Eu, por exemplo, penso que até o já disse aqui, os meus melhores amigos, colegas, do Comité das Regiões do Partido Popular Europeu eram os húngaros. Nós lá sentamos por ordem alfabética, e o meu colega do lado chama-se Ribany e pronto, é sempre normal nestas coisas nós falarmos mais com os colegas do lado, e eles foram recentemente expulsos do PP. Porquê? Porque a política do partido que está no poder do primeiro-ministro Viktor Orban fere um conjunto de princípios democráticos do Partido Popular Europeu. O que quer dizer também, que vários deles, da própria União Europeia, a questão é bem mais vasta. Esta é uma componente como bem disse, mas infelizmente, o dossier é bem mais vasto. E há um incómodo e toda a gente sabe disto. Depois é a política e a diplomacia entre estados que tem essa gestão que não é exactamente assim.

Raúl Martins. Estamos bem atentos ao esteiro do Eirô. Estamos a trabalhar com a Agência Portuguesa do Ambiente para vermos no quadro da operação da via panorâmica que está em estudo prévio, é nessa fase que ela está, verificarmos o que é que podemos fazer. Embora essa matéria em termos de definição, vai ser para a fase seguinte, que é a fase de projeto de execução. Mas obviamente na ambiência do estudo prévio e muito especialmente na fase seguinte do projeto de execução da via panorâmica, o esteiro do Eirô é tratado.

Embora a abordagem base da nossa relação com a Agencia Portuguesa do Ambiente é a utilização de mecanismos da chamada engenharia natural para podermos fazer algum trabalho de reabilitação dos vários elementos que vivem naquela zona do esteiro do Eirô que conheço muito bem, mas como bem disse, está bem a precisar de uma mão e essa mão em termos de reabilitação, queremos desenvolvê-la no quadro do projeto da chamada via panorâmica.

Em relação à Casa do Conselheiro Queiroz. Eu tomei boa nota sobre a falta que referenciou. Aliás dar-vos conta que estamos a rever toda aquela lista, porque no novo Museu da Cidade, uma das áreas expositivas, são exactamente os ilustres aveirenses e estamos exactamente a fazer toda essa revisão. Tomei boa nota da falta que referenciou do Conselheiro Queiroz. Repito, uma das áreas de exposição permanente do novo Museu da Cidade, que está fechado como bem sabem, temos essa obra em desenvolvimento, é exactamente essa e, portanto, queremos que essas vidas de muita gente que conta a história do município e obviamente a do Conselheiro Queirós tem essa importância.

Haverá uma surpresa um dia destes também. É muito importante sobre o Conselheiro Queiroz, que é uma homenagem que é pública, no sentido de que a Câmara está envolvida, e é privada, no sentido em que o investimento é privado, muito importante, que está a acontecer na nossa cidade vai tratar Eça de Queirós, mas com um lugar muito especial para o avô Conselheiro Queiroz e isso será notícia pública, vamos apresentar essa matéria nas próximas semanas.

Ernesto Barros, as barracas, como referenciou, que estão no estado que vemos todos, estão dentro do projecto de reabilitação das comportas. Nós temos uma das comportas do canal de São Roque completamente inoperacional. Por um problema grave de um corte de um cabo de energia que provocou a inoperacionalidade da comporta. É altamente provável que tenhamos de fazer o que fizemos no Canal do Paraíso que é por para o lixo e colocar uma comporta completamente nova. Nas outras duas não. Nas outras duas, são processos de reabilitação que em princípio não precisam de mudar a estrutura existente. E dar nota que

a lógica, é uma empresa privada a fazer o projecto, é um projecto complexo tecnicamente, porque além do mais, vamos nessa obra instalar o sistema de gestão inteligente do nosso sistema todo. Porque hoje os nossos operadores que estão na Eclusa principal, isto é particularmente complicado no inverno quando há temporais, se têm que carregar no botão para abrir uma comporta, têm que ir à barraca carregar no botão. O que não faz sentido nenhum. Portanto nessa obra, neste projeto e depois na obra, vai ser instalado um sistema wireless na casa-mãe da Eclusa para poderem os nossos operadores operar a Eclusa e as três comportas do canal de São Roque mais a comporta do Canal do Paraíso.

Temos o projecto em fase final, estará pronto como disse em final de Julho início de Agosto e depois lançar concurso e siga.

Quanto aos custos do senhor David Iguaz. Nós neste momento temos tudo isso bem anotado. Mas estamos mais concentrados em trabalhar tudo aquilo que são os actos preparatórios para arrancar com essa obra que é muito importante. Todas as obras são muito importantes. Esta também tem alguma delicadeza específica, enfim, como qualquer uma, mas neste momento a nossa concentração está aí.

Tudo o resto temos anotado, com o tempo se saberá, mas não é nada prioritário nada disso. Temos resistência, temos uma grande determinação em cumprir os nossos compromissos, como esse que é um compromisso claro e cristalino e, pronto, estamos a trabalhar muito, muito afincadamente, com muito profissionalismo, para podermos arrancar a obra, para ela correr bem, esse é o nosso foco. Outras questões, estamos atentos, anotamos, mas estão num patamar claramente secundário.

Também percebemos nesta fase alguma excitação adicional porque passar de independente a candidato do Partido Socialista, isto não é fácil. Não é psicologicamente, não é fácil. E nós também temos um lugar de compreensão para essas mutações.

Jorge Greno. Em relação à questão da ADRA. Eu tomei boa nota, mas isso já existe. Não é preciso crédito nenhum. Uma casa, a minha casa, uma casa qualquer teve uma rotura e prova com a empresa que se chama para ajudar e confirma e a empresa não cobra. Nos incêndios de 2017 em Outubro, 50% da faturação da água das zonas afetadas pelos incêndios, que necessitaram de água para regar os espaços de prevenção não cobrou. Portanto esses mecanismos já existem, não é preciso crédito nenhum. É preciso que quem tenha o problema dê conhecimento directo ao seu fornecedor que é a ADRA, e esses mecanismos são activados. E devo dizer, como testemunha, que as coisas correm globalmente bem.

Em relação à subida do preço da energia isso é um problema grave. Alias, nós no município estamos com um problema diabólico porque neste momento, este ano há 223 contratos com a EDP que cessão. O Governo anda de bolandas em bolandas para legislar por nos dar um quadro jurídico, porque o Governo ainda não lançou, não permitiu ainda criar o quadro legal das concessões municipais é um trinta e um. Enfim, teremos depois uma conversa mais profunda. Obrigado do pela nota de balanço que referenciou.

Simões a questão dos resíduos é uma questão simples! Não tenha muito problema, O meu amigo que é um homem atento sabe que a evolução da recolha dos resíduos, desde que o ministro do ambiente José Sócrates, se selaram lixeiras, se implementaram aterros, se criaram mecanismos de recolha seletiva, etc, a evolução qualitativa da gestão de resíduos em Portugal é fantástica. É um bom exemplo. Temos é objetivos novos. Estão definidos com metas nacionais e europeias, e estamos a trabalhar todos. E não vale a pena Simões ter medo. Essa conversa da factura da água, aliás essa matéria foi abordada na segunda-feira em Estarreja, no quadro do Congresso da Região de Aveiro, e alguns jornalistas trataram bem, mas os outros não trataram bem. Porque aquilo não é fácil de perceber. Sintetizar isto como os cidadãos vão pagar mais. Asneira! Não é nada disso. Não tem nada disso. Até podem no estudo, na estabilização do sistema, até podem vir a pagar menos. É um dossier

bom para aprofundarmos. Agora não vale a pena macaquinhos no sótão, não é nada disso. Se nós implementamos bem o sistema de bio-resíduos, a factura da Câmara e a factura de cada um dos cidadãos, no que respeita aos resíduos, vai baixar. Agora há uma fase inicial que é uma fase de investimento. E nós para os 11 municípios da Região de Aveiro temos uma referência de investimento necessário de 7 milhões de euros e depois para cada ano de gestão, nos primeiros anos, 1.9 milhões de euros. Isto é um dossier que o país tem gerido globalmente bem. E que nós vamos seguramente gerir bem.

O tema do pagamento direto à produção do projeto, tem a ver neste momento com projetos-piloto. Tivemos o Life Payt, tirámos boas conclusões, estamos a ultimar um novo projeto-piloto que vamos lançar e temos que ir trabalhando neste dossier, para cumprir a meta de 2025, que devo dizer que acho perfeitamente alcançável em Aveiro e na esmagadora maioria do território nacional.

Francisco vamos ter notícias próximas no Aveiro/Águeda. No fundo estamos a ultimar nas duas Câmaras a constituição formal do agrupamento de entidades adjudicantes, porque é esse o título jurídico que vai ter a entidade das duas Câmaras, para lançar o concurso para contratarmos o projetista e estamos também à espera que chegue a minuta do contrato novo com a unidade de missão que já está a gerir o PPR.

O trabalho está todo a andar, preparar cadernos de encargos, reuniões com as equipas técnicas, e julgo que proximamente estaremos a tomar as primeiras decisões formais sobre esse importante dossier.

Quanto à ferrovia. Aqueles colegas que são membros da Assembleia Intermunicipal, já viram a ordem de trabalhos da Assembleia Intermunicipal da próxima segunda-feira, dia 20, em Sever do Vouga, onde um dos temas é ferrovia. É matéria que vai ser tratada onde além do mais, convidámos uma pessoa, que é o português que seguramente mais sabe de ferrovia para estar lá connosco, que é o engenheiro Carlos Fernandes, administrador das Infraestruturas de Portugal.

Fazer duas notas simples ao que disse a Glória. A primeira é, eu estive anteontem com a doutora Beatriz Reis, pessoa que eu admiro muito, obviamente já lhe agradei, como tinha de agradecer, por reconhecimento do seu trabalho na CPCJ-Aveiro. Embora tenhamos a vantagem de que vamos continuar com ela por mais dois anos na Comissão. De resto ó Glória, está tudo errado, está a perceber. Um país que quer combater a sério os problemas de família, de violência doméstica, ter as CPCJ organizadas como Portugal tem é o disparate absoluto. Mas toda a gente sabe isto. Nós lutamos pela modificação, eu sei lá há quantos anos. Mas nada muda. Então vejam lá que estas coisas assentam em poucos profissionais e muitos voluntários. Isto é um absurdo total. Mas é a pátria não é a Câmara. É o Governo. É urgente reformular profundamente a estrutura e o modelo de funcionamento das CPCJ. Eu não vou dizer que é brincar, porque não é brincar, é gente séria que trabalha dedicadamente, mas que o modelo não tem pés nem cabeça, não tem.

Mas isto não é um assunto novo. Isto é um assunto velho dos municípios, da ANMP, junto dos governos porque aquilo não tem pés nem cabeça.

E só temos de agradecer à Beatriz que é do Ministério da Educação, ao Senhor Enfermeiro agora eleito que é do Ministério da Saúde, mas isto tem sentido?

Última nota. A Glória sabe a resposta a quase tudo isto embora possa haver ali uma melhoria de comunicação com o Director do seu agrupamento.

Eu apenas quero deixar as coisas claras. Obviamente que temos problemas delicados e estamos a lutar. O Governo tem de parar com isto. Nós temos vindo a assistir a um assalto de alguns sectores da Administração Central, a funcionários de outros sectores da administração pública. A Segurança Social a sacar gente ao Ministério da Educação. Mas saibam que nós Câmara não deixamos sair ninguém. Uma pessoa que pede mobilidade a

gente chumba. Já chumbámos vários. Agora se uma pessoa concorre a um concurso e ganha o concurso vai-se embora e eu não posso impedir.

Temos dito ao Governo que isto tem de parar. Há gente, muita gente cansada. Ainda na última reunião da ANMP foi tema abordado. Há uma sangria do Ministério da Educação de funcionários para outros Ministérios, não é para as Câmaras. Em regra nas Câmaras ganham menos e as carreiras são mais curtas. Mas isto é um problema nacional.

Da nossa parte, a Glória sabe, o nosso concurso que montámos, tem aproveitando uma Portaria aproveitada para contratar a prazo, tem uma bolsa de agentes do IFP para substituições mais pontuais e vamos continuar a ter e vamos continuar o nosso concurso, e vamos contratar não os 36 AO e os 11 AT, mas como sabe vamos contratar todos aqueles que sejam necessários para cumprir a 100% o novo rácio escolar que aumentou o número há poucos meses.

Portanto estamos a trabalhar para que o concurso termine. Queremos muito que seja no dia 1 de Agosto que esteja tudo pronto, mas como sabe, se não houver reclamações ok, se houver reclamações seguramente que irá para a frente. Mas pensamos que a 1 de Setembro está toda a gente a trabalhar.

E acabou. Porque depois vamos ficar não só com aqueles que entram, mas com os suplentes para chamar sempre que precisarmos e, portanto, vamos estabilizar aquilo que o Ministério da Educação não faz há décadas, agora pelo menos em Aveiro vai passar a estar estabilizado.

O problema do Atestados Médicos que é de professores e AT e AO não é só de agora. É um problema nacional que o Governo nacional continuou a não querer resolver. Eu acho que era muito fácil. Mas é a minha opinião.

E a contratação dos técnicos superiores não são responsabilidade da Câmara. A Câmara só tem assistentes técnicos e assistentes operacionais.

Conservatório e EB 2,3 de São Bernardo. A Senhora Secretária de Estado, que me atende sempre o telefone, é sempre muito simpática, mas continua a pedir mais tempo para tomar decisões prometendo enviar as minutas para lançarmos os concursos, mas a Senhora Secretária de Estado diz que necessita de um bocadinho mais de tempo.

A pressão contínua e ela seguramente, se falar com ela, pessoa séria, dirá que o Senhor Presidente da Câmara de Aveiro, não sei se dirá que sou muito chato, mas é seguramente muito diligente e pressionante, para que ela mande as coisas de uma vez por todas.

Mas também posso dar nota que o Conselho Municipal de Educação e um novo grupo de trabalho que se misturou com o Conselho, que é a Comissão de Acompanhamento da Descentralização, reunimos muitas vezes, tem sido um trabalho muito produtivo. Mas muito o brigado por todos os contributos que aqui partilhou porque foram muito pertinentes.

Manuel Prior CDH. Lá iremos. O IRHU está a andar com o processo. Ainda ontem falei como Senhor Administrador Luís Guimarães. Quanto à questão de Lisboa e do envio dos dados eu não quero falar mais nisso. Nós na Câmara de Aveiro, nós cumprimos a Lei. Quem despacha manifestações e o seu presidente da câmara. Isto não é um assunto de balcão. Manifestações é um assunto de democracia ao seu mais elevado nível e, portanto, o processo entra, agora no balcão eletrónico, vai aos pareceres das unidades orgânicas da câmara que tem que dar parecer, designadamente as que gerem espaço público, e tudo pronto vem a meu despacho que em regra tem o tal "autorizar" se não houver nenhuma questão incompatível, e é apenas informada a autoridade policial, como manda a Lei. Não há mais ninguém que seja informado. Seja uma manife contra o Matadouro, seja contra o Maduro. Aveiro é uma cidade com alguma densidade de manifestações, mas é este o procedimento que fazemos cumprindo rigorosamente a Lei do País.

Senhor Presidente obrigado pela tolerância."

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do Plenário⁰²⁴ a discussão do ponto 1 (Relatório da Prestação de Contas da Aveiro Expo) e o ponto 2 (Conta Consolidada do Município) em conjunto. Não se verificando qualquer oposição.

Ponto 1 – Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020 da Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, EM;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 29/04/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

Ponto 2 - Apreciação e votação da Conta Consolidada 2020.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 17/06/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²⁴ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

"Obrigado Senhor Presidente. Quero dizer que estas Contas contam aquilo que já foi feito. O debate político das Contas já foi feito, o contabilístico também. A soma é uma soma muito simples fazer. A Conta boa que conhecemos da Câmara e a Conta boa (embora com maus números) que conhecemos de Aveiro Expo, já falámos aqui, porque a Aveiro Expo teve um impacto muito forte pelas consequências da pandemia de COVID-19, mas pronto.

As coisas foram equilibradas pela intervenção do acionista Câmara e, portanto, temos as coisas obviamente no devido sítio. Foi o que foi, ainda por cima com aquele primeiro grave acidente que foi termos a Feira de Março prontinha para arrancar, com muita despesa feita, e não podemos arrancar por força do surgimento da pandemia.

Portanto temos boas contas. A Conta Consolidada confirma aquilo que já falamos, obviamente, está tudo no bom caminho. Câmara sustentável, contas em ordem, rácio de 1,5 confirmadamente atingido na relação da nossa dívida total com a nossa a receita corrente. E, portanto, são boas Contas que obviamente temos o maior gosto, no caso da Aveiro-Expo trazer para apreciação e a referência que fiz sumária é expressiva em relação às circunstâncias que condicionaram as contas da Aveiro-Expo 2020. Mas elas, enfim, não perturbam obviamente em nada, quase nada, as boas Contas, excelentes Contas, da nossa Câmara Municipal porque a dimensão financeira é muito pequenina ao lado da dimensão financeira das Contas da Câmara propriamente dita.

Portanto a Câmara está bem, está de boa saúde financeira. Estas são as Contas formais, obviamente com todo o rigor técnico. Trabalho feito pelas nossas equipas, financeiros da Aveiro-Expo e financeiros da Câmara Municipal, que além do mais trabalham em equipa e neste documento da Conta Consolidada por maioria de razão.

Portanto temo-las aqui, cumprindo o preceito, cumprindo o prazo da lei, não o prazo que dava o Covid, mas hoje fazer a sua votação e antes de acabar o mês (a lei prevê o 30 de junho) estarmos a enviar às entidades, nomeadamente ao Tribunal de Contas e à DGAL a quem temos que entregar este documento. Obviamente estarei ao dispor para aquilo que os colegas entenderem por bem. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

"Uma breve questão ao Senhor Presidentes for possível sobre a Aveiro-Expo. Compreendemos obviamente os condicionalismos em relação à pandemia. Mas há apenas aqui um detalhe que eu gostaria de ser esclarecido porque não consegui compreender o enquadramento. A Feira de Março foi obviamente excluída da realização, já percebemos que teve algum impacto ao nível das despesas. A AgroVouga foi colocada numa edição on-line!? Mas permanecemos com a exposição canina internacional. E nós não percebemos a distinção. Em Março a pandemia estava no início e, portanto, a feira de Março caiu logo aí, não é, mas depois a exposição canina, também que foi no momento em que, enfim, não havia, enfim, estávamos no momento de reabertura ou discussão de reabertura ou não das escolas, mas o momento também era um bocado delicado mas mesmo assim foi realizada. Gostava de perceber o critério que estava subjacente a isso porque foram cancelados outros eventos mas este manteve-se.

De resto apenas dizer que é preocupante. Este valor negativo que transita a nós preocupa-nos e preocupa-nos também a questão da manutenção da empresa. Não, não sei, desde 2017 que era para ser liquidada. Tínhamos um ano, presumo eu, segundo a documentação, estamos em 2021! Gostava de saber como é que isto vai funcionar no futuro, se conseguisse dizer de forma sucinta. Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

"Senhor Presidente, Senhores deputados municipais, eu serei absolutamente sintético. Em relação ao ponto Aveiro Expo eu referiria uma constatação e uma preocupação. A primeira o processo de liquidação da Empresa como prossegue. Portanto não se vê fim à vista, seria interessante quando é que finalmente esta estória termina e torna a empresa para a esfera municipal definitivamente.

Segunda questão é saber porque é que as Contas da Aveiro Expo estão analisadas por dois ROC? Não tenho clara essa questão.

Em relação às Contas Consolidadas também serei breve. Creio que isto é natural, as coisas são como são. É conhecida a posição do PCP em relação àquilo que são as Contas. Portanto nós tivemos o sentido de voto quando na altura foram votadas as Contas municipais. O que o voto não é uma questão técnica porque acreditamos na boa-fé de quem as produz, mas o nosso sentido de voto tem a ver com as questões políticas daquilo que são as opções da maioria que governa a Câmara e nesse sentido iremos reforçar essa opção do voto, mas não temos qualquer outra objecção sobre o assunto. Tenho dito."

Vogal Eduardo Antunes (BE)[029](#)

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Telegraficamente relativamente à Aveiro-Expo. Apresenta resultados negativos cerca de 330 mil euros, plenamente justificados pela pandemia e pela diminuição da prestação de serviços e mais de 1 milhão de euros, sem diminuição de postos de trabalho.

Eu penso que a diminuição dos salários se prende com menos apoios que existiram na época da pandemia. Para além da parabenização da gestão da Aveiro-Expo, gostaria de perguntar, gostaria de fazer a pergunta é se está alguma solução estudada ou em curso para se proceder à dissolução e internalização da Aveiro-Expo ou se pretende alterar essa solução e quando será implementada?

Relativamente à Consolidação das Contas do grupo municipal, umas notas breves. Eu não estive cá na outra discussão, estou agora, e quero dizer que, se verifica um aumento do Património Líquido em cerca de 80 milhões de euros e uma diminuição do Passivo aproximadamente do mesmo valor.

Os Deferimentos diminuem cerca de 63 milhões de euros. Os impostos, contribuições e taxas, reduziram em cerca de 1,4 milhões. As Transferências de Subsídios Correntes aumentaram mais de 1 milhão de euros relativamente ao ano anterior.

O Resultado do Exercício e de cerca de 17,4 milhões, mais cerca de 3 milhões de euros do que no ano anterior.

O Saldo de Caixa equivalente no período, ou seja, o Saldo para a Gerência de 2021 é de cerca de 53 milhões de euros. Aqui reduziu cerca de 3,8 milhões de euros em relação ao ano anterior.

Em suma. No meu entender foi uma boa gestão e uma excelente situação financeira, numa altura em que tal não acontece noutros municípios, o que coloca Aveiro em ótima situação para poder efetuar mais investimentos e obter os subsídios a que outros, pela sua situação de tesouraria, não podem candidatar-se. Parabéns Senhor Presidente."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Também de uma forma telegráfica relativamente às Contas de Aveiro-Expo, como é óbvio, o como o Senhor Presidente da Câmara explicou. Não havendo praticamente eventos, não só aqueles que são organizados pela Aveiro-Expo, mas também os alugueres de espaços a entidades terceiras que também contribuem para a receita da empresa, ao contrário da Feira de Março, que tem custos elevados para a sua realização, e houve, naturalmente, no momento em que a Feira de Março foi cancelada, estava já uma série de despesa feita que não podia deixar de ser paga porque estava contratada. Portanto é perfeitamente justificado o Saldo que é apresentado.

Aproveito também este ponto, apesar de não ter a ver com as Contas, mas ter a ver com a Aveiro-Expo, para louvar o trabalho dos funcionários de Aveiro-Expo que estão no centro de vacinação a encaminhar os utentes que vão ser vacinados, que é algo completamente fora das suas competências, mas estão a colaborar.

Isto também faz com que aquele serviço (e já muitos nós por lá passámos) genericamente funciona muito bem. Aliás a nível nacional está a funcionar muito bem. Há pontualmente situações que não são controláveis, mas portanto um louvor aos funcionários da Aveiro Expo pela sua colaboração neste serviço de vacinação.

Quanto às Contas Consolidadas elas já estão discutidas. As da Aveiro-Expo é uma pequenina parcela da Conta Consolidada.

Portanto já falámos aqui e, portanto, não vale a pena acrescentar mais nada à discussão que já tivemos. Disse."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

"Obrigado, senhor Presidente. Relativamente à parte um neste ponto, não há nenhuma questão. Relativamente ao entendimento sobre a Aveiro-Expo o que não é compreensível é que nós andemos há quatro anos sem perceber porque é que a Aveiro-Expo não está liquidada.

Portanto das duas uma. Ou há uma razão de substância muito forte para isso não ter ainda acontecido ou então há uma indefinição sistemática sobre o destino a dar àquela empresa municipal. E, portanto, essa é aqui a questão que entroncando com as Contas, a pergunta que se pode fazer é se a Aveiro-Expo tivesse sido liquidada muito provavelmente este

resultado negativo não teria aparecido porque a estrutura de custos era outra integrada na Câmara. A verdade é que esta estrutura de custos e este resultado só aparecem porque andamos há quatro anos a falar que vai haver a liquidação da Aveiro-Expo.

Portanto Senhor Presidente faz favor explique-nos porque é que a extinção da Aveiro-Expo não está ainda resolvida e qual o destino a dar à Aveiro-Expo em concreto, pela actividade que tem, com o parceiro que tem, etc, etc. Portanto esta é a questão em relação ao primeiro ponto.

Relativamente ao segundo ponto, eu penso que ele não me vai levar a mal pela amizade que temos, mas aproveitaria em tudo as palavras do meu colega Raul Martins, excepto em duas questões.

Uma relativamente ao Património. Porque o património, o aumento, provavelmente deriva de uma alteração de normativo de avaliação. E quase que acompanharia tudo o que foi dito pelo meu amigo Raul Martins, mas temos que perceber que não estamos a falar de uma empresa privada. Estamos a falar dum município. E essa é a diferença de fundo que o PS sempre colocou relativamente ao Resultado que foi apresentado.

E, portanto, teríamos atuado de outra forma. Teríamos chegado eventualmente ao mesmo resultado mais cedo, teríamos aplicado outras soluções e, portanto, nós não estamos a falar de uma empresa privada, por muito que isso lhes custe.

E, portanto, não é ter um Resultado Líquido de 17 milhões de euros o fito, por muito bom que isso possa ser. Isso não encaixa numa gestão pública, encaixa numa gestão privada, independentemente depois do que se possa fazer com a aplicação dos montantes que, como também sabem, divergimos em grande medida de algumas dessas aplicações concretas.

E relativamente às Contas a posição do PS é conhecida. Relativamente à Aveiro-Expo pedia obviamente ao Senhor Presidente que nós desse, e uma vez que estamos a chegar ao fim deste ciclo, que nos desse uma explicação cabal daquilo que é a Aveiro-Expo, porque é que não está liquidada, o que é que está pensado no futuro. Disse."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

"Boa noite Senhor Presidente, muito obrigado. Cumprimento Mesa, o Presidente de Câmara e os vereadores, os restantes membros da Assembleia Municipal e todos aqueles que assistem esta sessão da Assembleia Municipal. Congratulo-me desde já por ter juntado estes 2 pontos, porque eles estão obviamente interligados.

E eu não vou aqui alongar sobre questões de discussão técnica sobre, digamos, a consolidação e, neste momento, o perímetro do município inclui apenas Aveiro-Expo e, portanto, que quase não têm impacto nas contas finais consolidadas. Mas em jeito de porque estamos na fase dum ciclo, este é provavelmente um momento formal, o último momento formal deste executivo para discutir as contas.

Eu acho que, vale a pena fazer aqui um balanço político e que eu vou muito mais para além dos 4 anos, vou começar em 2013, porque na gestão e na equipe, globalmente, trata-se da mesma equipe, da mesma gestão, e a alteração de tudo aquilo que está a acontecer no município de Aveiro dá-se efetivamente a partir de 2013 com a eleição no primeiro mandato de executivo liderado por Ribau Esteves.

E, basicamente para fazermos um jeito de resumo, porque a memória às vezes é curta e nós temos que relembramos disto, para não voltarmos a cair no mesmo erro nunca mais no município de Aveiro.

A história é esta: em 2013 quando efetivamente este executivo ganha as primeiras eleições e vai para primeiro mandato, a Câmara estava num despiste total do ponto de vista económico e financeiro, com dívidas a associações e entidades, às centenas e, portanto, requereu, aliás 2 meses depois não havia dinheiro para pagar salários aos próprios

funcionários. Esta era a história da Câmara Municipal de Aveiro em 2013, e que no primeiro mandato se resume basicamente a um conjunto de actos de reestruturação da Câmara. Quer na sua estrutura orgânica, quer obviamente, no quadro de efetivos que a Câmara tinha. Isto era premente. Eu diria mesmo que foi a parte mais difícil. Que é olhar para uma organização e pô-la mais magra e mais funcional, para prestar melhores serviços aos cidadãos. Esse trabalho foi feito. Muitos contratos que eram verdadeiras aberrações do ponto de vista de custos para os municípios como, por exemplo, o aluguer dos armazéns da Câmara ou por exemplo o contrato com a SUMA, que ao mudarmos para a Veolia nos poupou 1,2 milhões de euros por ano.

Toda esta revisão destas gorduras que estavam em excesso foram feitas neste primeiro ano. Estivemos obviamente num primeiro mandato a preparar todo o programa de ajustamento municipal que foi apresentado e aprovado em 2017. E, obviamente, quando a gestão que vem de trás e reparem o contrato que foi assinado com a Direção do FAM tinha como objetivo número 1, o problema relacionado com a dívida do município. Esse era o objetivo primeiro deste contrato, reduzir esta dívida. Portanto tomar um conjunto de ações para reduzir a dívida do município e bem sabemos todos de onde é que vem o grosso da dívida que Aveiro contraiu e que ainda hoje temos umas remanescências das opções políticas erradas do que fizeram há 20 anos.

Isto para vos dizer então que, num cenário destes, naturalmente, nos primeiros anos, a má gestão resulta num aumento de impostos e, não obstante, toda a reestruturação da Câmara, na sua orgânica, nestes contratos que falei, que tinham gorduras em excesso, deram o maior contributo. Mas houve também, obviamente, na componente de IMI de 2013 a 2015, um aumento desta taxa de 0,3 para 0,5 e foi o limite máximo que tivemos de IMI foi em 2015.

Isto é importante por causa depois do tudo o que se passa a seguir no segundo mandato. Obviamente, no primeiro mandato, havia por força legal, imensos impedimentos a que se fizesse qualquer tipo de investimento no município. Estava proibido por termos ultrapassado todos os rácios. E, portanto, esse foi um mandato de saneamento basicamente e de preparação para tudo o que vinha a seguir.

O segundo mandato é marcado essencialmente por uma política de forte investimento. Que é visível em qualquer parte do município de Aveiro. Onde se quer que se vá vê obras a acontecer. E obras da maior importância. Eu não percebo como é que Francisco Picado vem aqui falar de "opções políticas" do ponto de vista de investimentos diferentes!? Quando estamos a falar de todo o parque escolar, de centros de saúde, de redes viárias, na área da cultura, quer dizer. Isto são coisas tão importantes para o município, não percebo de facto que tipo de prioridades distintas é que o Partido Socialista faria.

Outro aspeto muito importante que caracteriza o segundo mandato é a chegada ao rácio de 1.4 e que a lei define em 1,5 entre a Dívida e as Receitas correntes líquidas do município. Isso é de facto conseguir reduzir uma dívida de 150 milhões de euros em 2013, para 78,8 milhões de euros onde estamos.

E, por último. Este último mandato isto é muito caracterizado também, por uma presença forte, na resposta à pandemia que todos tivemos em 2020. Que de facto foi marcante, mas em que a Câmara esteve presente e afirmou-se e é sabido e reconhecido todo o apoio que deu às Associações e às IPSS e tudo mais. E, portanto, esteve sempre cá para dizer que estava presente.

E, portanto, em jeito de conclusão para dizer o quê? Aveiro é desde 2013 um exemplo claro de boa gestão daquilo que é o erário público.

Isto deveria ser o objetivo de qualquer Partido, ter aumentos de investimentos, reduções de dívidas (não é em valor relativo como o PS tanto gosta de afirmar ao nível do Governo).

Quando há uma crise o que acontece é que o PIB cai abruptamente. A dívida aumenta abruptamente. E então o a dívida em percentagem do PIB dispara.

Esta não é para mim a referência daquilo que é uma boa gestão. É um indicador importante, mas tem de ser acompanhado de uma outra análise que é a dívida em valor absoluto.

E em Aveiro passámos de 150 milhões para 78,8 milhões. Portanto Aveiro é efetivamente um excelente exemplo de gestão do erário público. E este devia ser o objetivo de todos os partidos políticos.

Aquilo que deveria diferenciar numa democracia as diferenças entre projetos políticos, não deveria ter na sua base a má gestão e a insustentabilidade na gestão dos recursos públicos. Devia ter sim políticas a outros níveis, mas nisto devia ser um princípio basilar e transversal a todos os partidos. Sob pena de quando a atividade política, o que normalmente acontece é que, a seguir vem o PSD arrumar a casa e limpar tudo, porque de facto, as 3 bancarrotas que o país já teve foram por lideranças de Governos do Partido Socialista. Depois é preciso arrumar a casa e isto é uma chatice porque não nos faz sair da cepa torta.

Só para vos dizer, para acabar, mas aqui umas notas que é o seguinte e está relacionado com o que acabei de dizer. Notícias recentes apontam que Portugal foi o quinto país da União Europeia que mais perdeu poder de compra, por causa da pandemia! Não tinha que ser desta forma. E, portanto, se é desta forma é porque há muito má gestão política a nível governamental. Criar agora taxas e impostos sobre embalagens novas e para serviços como a Globo e Uber, isto é indescritível. Isto é tudo uma necessidade de alimentar o monstro que é insaciável e que consome todos os recursos que a economia produz. Isto está absolutamente errado.

Expoente máximo e recente deste exercício são as nomeações feitas (Pedro Adão e Silva) e que vão ter 5 anos, com uma estrutura ministerial, para preparar os 50 anos da revolução do 25 de Abril que acontecem daqui a 3 anos e que se celebra durante um dia. Nenhum português consegue compreender como é que isto é possível num país como o nosso. Disse."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[035](#)

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[036](#)

"Senhor Presidente a prestação de Contas não é vir apenas ler uma folha de Excel e dizer que bate certo. O que se propõe e o que se consegue é na verdade um documento político que reflecte escolhas políticas e que pelas quais este Executivo e a maioria que o suporta têm de responder.

Quando ouvimos aqui dizer que os impostos tinham de estar no máximo por imposição, esquecem sempre de dizer que vinham de mandatos do PSD à frente da Câmara de Aveiro. Ou seja, rejeitam qualquer responsabilidade de Partido e de colectivo, alcançando esse mau resultado quando chega Ribau Esteves à Câmara de Aveiro era o PSD e o CDS que já cá estava.

Também é interessante que usem sempre o argumento de tinha que ser. Os impostos tinham que estar no máximo, quando se trata de cobrar, nunca dando o retorno social dessa imposição. Quando falamos em apoios sociais, em políticas públicas sociais, a resposta que recebemos é que não pode ser porque isso vai-nos levar à bancarrota. Não pode haver uma tarifa social da água porque é isso que nos leva o descalabro das Contas. Mas depois

gastamos 12 milhões para um parque de estacionamento de 200 lugares e acham isso muito bem.

Eu pensava que a lengalenga das gorduras tinha sido derrotada em 2015 quando o vosso partido perdeu eleições, de cuja derrocada ainda não se conseguiu levantar. Mas pelos vistos vocês insistem na mesma lengalenga, quando a maioria em Portugal já percebeu que de pouco ou nada serve. Como tivemos o exemplo nesta pandemia, se o serviço nacional de saúde não respondeu como deveria ter respondido, em muito se deve aos cortes das gorduras que PSD e CDS impuseram quando foram governo.

E portanto também aqui em Aveiro essas gorduras tiveram um impacto negativo na vida das pessoas. Porque por um lado dizem que é uma imposição cobrar impostos, por outro temos um deputado do PSD que diz, cobrem impostos altos porque senão não há dinheiro para obras! Quando na verdade não tinha que haver esse aumento de impostos, mas querem impostos altos para haver obra pública.

E então quais são as gorduras? Temos um serviço de transportes que não dá resposta às populações, o que é que o Senhor Presidente da Câmara responde a um município que paga os impostos no máximo e depois depende de um serviço de transportes que não dá resposta às necessidades da sua vida do quotidiano.

O que é que responde a um município que paga IMI no máximo e depois vê que a recolha do lixo não é feita com regularidade que devia ser para que as condições sanitárias sejam dignas.

Ou então o que diz o Senhor Presidente da Câmara diz quando um trabalhador da Câmara prefere trabalhar para outro Ministério porque as carreiras na autarquia são mais curtas e pagam menos? Que resposta é que tem o Senhor Presidente para essas pessoas que pagam IMI e depois veem os seus direitos socavados por uma política de impostos no máximo e serviços públicos no mínimo e direitos laborais ignorados. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰³⁷

Vogal Rita Batista (BE)⁰³⁸

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁹

"Muito o brigado Senhor Presidente. Eu pensava que isto ia ser a discussão de um ponto relativamente simples, mas não podia deixar de fazer esta segunda intervenção. Em primeiro lugar em relação à Aveiro-Expo ficámos na mesma. Percebemos que o modelo é o que está e que a alternativa é manter. E a resposta foi nula e muito provavelmente daqui a um ano estaremos de novo a falar das Contas da Aveiro-Expo e da liquidação com a mesma narrativa.

E ouvi com atenção e vou dizer o que tenho a dizer sobre aquilo que o meu amigo Filipe esteve aqui a elaborar. Eu concordo parcialmente com ele. Só que o problema das narrativas é que convém que não sejam omissas nalgumas partes. E para além de não serem omissas não introduzam ou induzam as pessoas que ouvem em erro. Porque houve aqui uma tentativa clara de que eu era contra investimento na Educação, contra investimento na Saúde. Isso não é verdade.

E ninguém mencionou obras com as quais divergimos e que são conhecidas daquilo que são a utilização de dinheiros públicos. Em particular a questão da Avenida, a questão do Rossio, etc, etc.

Portanto uma narrativa que não cabe aqui nesta assembleia na sua plenitude. Aliás, não deixo de notar a pressa que têm em fazerem balanços!? Estamos em Junho, calma ainda falta algum tempo até às eleições. E daqui até às eleições com certeza que muita água irá correr. E portanto não tenhamos pressa em fazer balanços. Fá-lo-emos quando for oportuno.

Relativamente à narrativa eu ouvi com atenção a bancada e o Senhor Presidente. E ao bom estilo do Senhor Presidente, vou tentar imitar e projectar para a frente (às vezes é difícil, não tenho jeito para mimo), mas basicamente houve uma palavra que nós não ouvimos nestas narrativas. E como sempre diz o Senhor Presidente, em breve teremos novidades sobre isso."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Vogal Pires da Rosa (PS)— Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

"Senhor Presidente nós já tivemos tantas vezes aqui esta discussão que até já dou isto de barato. Iniciou a sua intervenção dizendo que o fazia com honestidade intelectual, não tenho dúvidas sobre isso, mas então queria dizer o seguinte.

Quando digo que é falso os números da dívida eu fundamento isso num dado de uma auditoria feita pelo IGF à Câmara a que se seguiu depois uma auditoria contratada pela autarquia de Élio Maia a uma empresa privada.

E depois o pedido de esclarecimento é, com que números é que justificam os 250 milhões de euros, porque quando o Eng. Ribau Esteves toma posse na Câmara têm 150 milhões de euros de dívida da autarquia.

O que não estamos de acordo é que o deputado Filipe Tomáz acha que eram 250 quando Élio Maia tomou posse. E não eram. E devo dizer o seguinte, de acordo com os seus números, não obstante este balanço que fez, e esta ode à capacidade de gestão do Eng. Ribau Esteves deixe-me que lhe diga uma coisa: O senhor foi muito injusto em relação ao Dr. Élio Maia. Porque o Dr. Élio Maia conseguiu reduzir 100 milhões de euros em 8 anos, com uma crise económica mundial que lhe apareceu no mandato logo no início de 2008, e com a redução de receita que ele próprio promoveu de reduzir o IMI. Por isso dei-me dizer-lhe que foi muito injusto segundo as suas contas."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴³

"Só esclarecer meia dúzia de questões. Primeiro em relação à Rita Batista. Rita, este de facto não é um documento político. Há aí um erro seu. O documento político foi o outro que discutimos. O Relatório de Gestão e a Prestação de Contas. Esses sim são documentos políticos, tem um relatório extenso que faz a descrição política do acontecimento. Este não. Se leu pelo menos o meu texto, é um texto muito pequenino e muito financeiro. O texto político, documento político é aquele que cá esteve e que toda a gente conhece as opiniões do Bloco de Esquerda.

Este não é, este é um relatório estritamente técnico em que o Presidente de Câmara faz um texto para aquilo que é um texto de introdução. Como veem não tem nenhuma densidade política quando comparamos com O Relatório de Gestão e Contas, em que tem um texto longo e profundo, como tem que ser.

Portanto deixar claro que este documento que estamos aqui a discutir é a Conta Consolidada. Não é o Relatório. E, portanto, a sua tentativa sistemática de transformar o município de Aveiro em coisa péssima, cheia de lixo, sem transportes, em que parece que nós é que inventamos os ordenados às pessoas, enfim. Esse mundo é um mundo de falsidade, esse mundo onde só vivem vocês. Porque os nossos concidadãos não vivem nesse município. A prestação da Veolia, a prestação da ERSUC, a prestação do nosso concessionário ETAC/AveiroBus é de facto boa. É de facto, em vários parâmetros, muito boa. Embora tem para melhorar? Claro que tem para melhorar. Temos problemas nos transportes. Pois bem Rita se quiser debater isto com seriedade e ajudar-nos venha à conversa. Embora eu saiba qual é a vossa opção.

Nós hoje temos um problema, nós AveiroBus, nós, toda a gente que opera transportes públicos em Portugal, como é que se reconquista uma parte dos clientes que não querem voltar aos transportes públicos enquanto tivermos situação pandémica!?

E nós Câmara e nós Governo, estamos a gastar uma fortuna brutal para assegurar essas empresas, porque se não for com essa ajuda excepcional que vocês sempre criticam, as empresas vão ter que arrumar os autocarros e então aí acabou mesmo.

Portanto o mundo que nós vivemos é o mundo real é o mundo das pessoas e, de facto, temos um município bom, com crescimento, com qualidade e com muitas coisas para fazer. É isso que nos determina. Além do mais a cumprir o Plano e Orçamento deste ano.

Estamos a fazer e a cuidar da vida toda a gente, como toda a gente pode ver, menos o Bloco de Esquerda porque mete a sua própria mão à frente dos seus próprios olhos.

É uma forma de viver. A esmagadora maioria dos nossos concidadãos gosta de viver sem pôr a sua mão sempre à frente dos seus olhos e vê e vive a realidade.

Francisco Picado. Aguardo com curiosidade as notícias de Vexa. Embora vai ver que as que temos para dar nós, infelizmente, e que já anunciei na Câmara Municipal há pouco tempo, são bem piores. E são únicas e são do Partido Socialista. É a vida.

É bem provável que cá nos encontremos em breve em acto extraordinário para tratarmos dessa maleita inacreditável, provocada pelo Partido Socialista.

Pedro Pires da Rosa, dar-lhe uma nota do seguinte. Eu sempre disse aqui que o Presidente Élio Maia, nos seus 2 mandatos, muito especialmente no primeiro, deu um contributo relevante para a recuperação financeira da Câmara. Sempre o disse aqui.

Com duas ajudas principais. Uma que lhe foi completamente externa e outra que entendo que foi boa decisão e que o Partido Socialista discorda. A externa foram, nomeadamente, um conjunto de mecanismos legais que surgiram, que por exemplo, acabaram com os contratados a prazo. E, portanto, por força de questões legais, a Câmara de Aveiro viu sair muita gente. A outra fonte de saída de muita gente foi a criação das Águas da Região de Aveiro. Foi uma boa decisão tomada pelo Presidente Élio Maia e pelos outros 9 colegas presidentes de Câmara dos municípios vizinhos e que só de Aveiro levou 230 funcionários.

Isso foi uma ajuda fundamental. Estamos a falar de uma verba brutal por ano de vencimentos que saiu por esses 2 motivos, além dos motivos normais que são os funcionários que se reformam, mas isso é uma situação que acontece.

Se houve pessoa que criticou com violência a gestão do Partido Socialista que ele herdou foi o Presidente Élio Maia e o seu vereador das Finanças Dr. Pedro Ferreira. Ninguém tem dúvidas disto? Fê-lo com uma veemência muitas vezes. Acho eu corretamente, outra vezes eventualmente não. É ver, o presidente Élio Maia despistou-se completamente com aquela paranoia de impostos baixos. Não é possível recuperar uma Câmara com impostos baixos. Não é possível. É fazer pão-de-ló sem gema de ovo. Não é possível.

Agora o que é muito estranho é ser actualmente o Partido Socialista foi pedir uma ajudinha ao Dr. Élio Maia para arranjar um candidato e uma lista para a Junta de Freguesia de São Bernardo. Num ato que é claramente ofensivo ao Partido Socialista que governou a Câmara sob a presidência do Presidente Alberto Souto. Que fez muitas asneiras e fez muitas coisas boas a favor do nosso município que globalmente cresceu, globalmente bem, apenas a gestão financeira foi má, foi um desastre.

Agora hoje, enfim, o que pensará o Presidente Alberto Souto e os Socialistas que trabalharam naqueles 8 anos, quando vem o Partido Socialista a ir reabilitar o seu principal crítico que foi o Presidente Élio Maia. É a vida.

De resto, quero agradecer a todos o debate, o apoio global. Aliás o Partido Socialista é contra duas obras que estamos a fazer, a Avenida e o Rossio. 17 milhões de euros.

Nós entre o que fizemos, entre o executado e o lançado em obra iniciada, andaremos no valor claramente acima 10 vezes esse valor. 10 vezes esse valor.

Portanto temos aqui um acordo claro daquilo que é a positividade da esmagadora maioria das obras que temos feito ao serviço dos nossos concidadãos. E por isso deixar o meu agradecimento pelo debate. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu como encerrada a discussão tendo o plenário feito a apreciação do Ponto 1 – Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2020 da Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro.

Continuando colocou à votação,⁰⁴⁴ o Ponto 2 - Apreciação e votação da Conta Consolidada 2020, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS1), uma abstenção (PAN1), e onze votos contra (PS8+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)

"O vogal solicitou à Mesa que a sua primeira intervenção é a sua declaração de voto."

Vogal Rita Batista (BE)

"A vogal solicitou à Mesa que a sua intervenção é a sua declaração de voto."

Vogal Francisco Picado (PS)

"O vogal solicitou à Mesa que a sua primeira intervenção é a sua declaração de voto."

Vogal Raúl Martins (IND)

"O vogal solicitou à Mesa que a sua primeira intervenção é a sua declaração de voto."

De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, ⁰⁴⁴cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da primeira reunião da Sessão Ordinária de Junho, informando que os trabalhos da sessão continuam no dia 05JUL2021 (segunda-feira), no mesmo local. Nos termos regimentais seguirá convocatória.

Eram 23:30 horas do dia 25 de Junho de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)